



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO**  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**CARLOS EDUARDO SANTOS BARRETO**

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NAS COMUNIDADES  
JUNÇA, TIGRE E PONTA DOS MANGUES, PACATUBA, SERGIPE**

Aracaju, SE  
2018

CARLOS EDUARDO SANTOS BARRETO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NAS COMUNIDADES  
JUNÇA, TIGRE E PONTA DOS MANGUES, PACATUBA, SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Mestrado Profissional em Turismo do  
Instituto Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Nadja Lima Santos

Aracaju, SE  
2018

CARLOS EDUARDO SANTOS BARRETO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NAS COMUNIDADES  
JUNÇA, TIGRE E PONTA DOS MANGUES, PACATUBA, SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Mestrado Profissional em Turismo do  
Instituto Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Nadja Lima Santos

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Dra. Mary Nadja Lima Santos  
Instituto Federal de Sergipe  
Orientadora

---

Professor Dr. Dênio Santos Azevedo  
Instituto Federal de Sergipe  
Examinador Interno

---

Professora Dra. Rosana Eduardo da Silva Leal  
Universidade Federal de Sergipe  
Examinadora Externa

## DEDICATÓRIA

Tu és, divina e graciosa  
Estátua majestosa do amor  
Por Deus esculpura  
E formada com ardor  
Da alma da mais linda flor  
De mais ativo olor  
Que na vida é preferida pelo beija-flor  
Se Deus me fora tão clemente  
Aqui nesse ambiente de luz  
Formada numa tela deslumbrante e bela  
Teu coração junto ao meu lanceado  
(Rosa - Pixinguinha)

*Dedico esse trabalho a minha amada mãe,  
Marlene. Com todo meu amor!*

## **AGRADECIMENTOS**

Muito mais que pedir, temos que agradecer! Agradeço à Deus por mais essa conquista e por me amparar em momentos de fraquejo.

Aos meus pais pelos ensinamentos e saberes da vida, os quais me fazem que eu busque sempre ser humano do bem. Aos meus irmãos e irmã pela parceria e apoio nessa jornada. Ao meus sobrinhos e sobrinhas, pelos momentos de risadas e descontração.

Aos meus amigos da vida, pelo incentivo e torcida. Aos amigos que conquistei no mestrado, em especial Janaína, Leo, Manu, Roberta e Rafaelle, os quais tive apoio importante principalmente na fase final da dissertação. Às alunas da segunda turma do mestrado, Fabiana, Leylane, Rosangela, Waleska e principalmente, Mônica e Silene, a ajuda de vocês nas oficinas foi de grande valia para construção desse trabalho. Obrigado!

Ao PPMTUR, nas pessoas do coordenador Dr. Lício Valério e da secretária Eunice Filha, e todos professores do programa.

Serei sempre grato aos queridos amigos, Fernanda Lopes e Max Alberto, desde o incentivo ao apoio técnico dessa pesquisa vocês foram fundamentais. Gratidão!!!

As comunidades de Ponta dos Mangues, Junça e Tigre pelo aprendizado através de suas ações e saberes, para a concretização desse projeto.

## RESUMO

O Turismo de Base Comunitária é tido como um novo modelo de gestão participativa e comunitária, advindas de um processo de desenvolvimento social, ambiental, econômico e político. Nessa proposta, as comunidades têm um papel fundamental nas decisões, uma vez que traz consigo o protagonismo e a apropriação de sua morada, morada do ser e saber. O mercado empreendedor alia-se a essa expectativa no sentido de valorizar e implementar as melhores condições de vida e renda. Diante desse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a viabilidade de implantação do TBC, como alternativa de desenvolvimento local para os povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, no município de Pacatuba, Sergipe. Especificamente teve como premissa a avaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo em Sergipe e em Pacatuba, com destaque às diretrizes do TBC; considerou a percepção dos sujeitos sobre a potencialidade dos atrativos turísticos locais; averigou o interesse dos sujeitos envolvidos, como agentes públicos, privados e lideranças locais para o desenvolvimento da atividade do TBC, nos povoados selecionados; apresentamos Mapas Turísticos que trazem possibilidades de se criar uma rota turística para o litoral pacatubense (produtos). O método e os procedimentos técnicos de análise mostraram o caminho trilhado por este estudo. Entre os resultados alcançados, destacam-se três eixos: (i) As atividades econômicas podem servir de suporte para a geração de renda aos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, em Pacatuba, Sergipe; (ii) A contribuição do turismo de base comunitária para o desenvolvimento da zona costeira dos povoados em estudo e; (iii) A perspectiva de implantação de uma rota turística no litoral norte sergipano, que beneficie as comunidades. Esses resultados trazem esperanças, sonhos para a coletividade de Ponta dos Mangues, Junça e Tigre e de um novo modelo incluyente que se apropria do espaço para desenvolver suas próprias ações e políticas. Vislumbram-se assim oportunidades de trabalho e renda mais equitativa.

Palavras-Chave: Empoderamento dos agentes sociais. Potencial de atrativos. TBC. Políticas de turismo. A Rota Turística. Pacatuba: Sergipe: Brasil.

## ABSTRACT

Community Based Tourism is considered as a new model of participatory and community management, coming from a process of social, environmental, economic and political development. In this proposal, the communities have a fundamental role in the decisions, since it brings with it the protagonism and the appropriation of its address, abode of the being and knowledge. The entrepreneurial market is aligned with this expectation in order to value and implement the best conditions of life and income. In this context, the general objective of this work was to analyze the feasibility of implementing TBC as an alternative of local development for the Junça, Tigre and Ponta dos Mangues settlements in the municipality of Pacatuba, Sergipe. Specifically, the premise was the evaluation of public policies aimed at the development of tourism in Sergipe and Pacatuba, with emphasis on the TBC guidelines; considered the subjects' perception of the potential of local tourist attractions; investigated the interest of the individuals involved as public and private agents and local leaders for the development of TBC activity in the selected villages; we present Tourist Maps that offer possibilities to create a tourist route for the Pacatuba coast (products). The method and technical procedures of analysis showed the path taken by this study. Among the results achieved, three axes stand out: (i) Economic activities can serve as a support for the generation of income in the villages Junca, Tigre and Ponta dos Mangues, in Pacatuba, Sergipe; (ii) The contribution of community-based tourism to the development of the coastal zone of the villages under study; (iii) The prospect of establishing a tourist route on the northern coast of Sergipe, which will benefit the communities. These results bring hopes, dreams for the community of Ponta dos Mangues, Junca and Tigre and a new inclusive model that appropriates the space to develop their own actions and policies. We thus see more equitable work and income opportunities.

Keywords: Empowerment of social agents. Potential of attractive. TBC. Tourism policies. The Tourist Route. Pacatuba: Sergipe: Brazil.

## **LISTA DE SIGLAS**

AAAPTJ - Associação dos Apicultores e Artesãos dos Povoados Tigre e Junça  
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo  
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MTur - Ministério do Turismo  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro SA  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável  
PDSS - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó  
PNT - Plano Nacional de Turismo  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo  
REBIO - Reserva Biológica de Santa Isabel  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAC - Serviço Nacional de Apoio ao Comércio  
SETUR-SE - Secretaria de Turismo de Sergipe  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TBC - Turismo de Base Comunitária  
UC - Unidade de Conservação



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Desenho da Pesquisa	24
Figura 2.	Mapa da Pavimentação do Litoral Sergipano	35
Figura 3.	A. Retomada da pavimentação da SE-100 Norte. B. Placa Institucional com informes da obra da SE-100 Norte	36
Figura 4.	Localização da área em estudo	46
Figura 5.	Encontro do rio Poxim com o Rio do Brito	48
Figura 6.	Manguezal de Ponta dos Mangues	49
Figura 7.	Lagoa de Taboas	50
Figura 8.	Folder de divulgação dos municípios de Pacatuba e Brejo Grande	51
Figura 9.	Oficina Participativa. A. Acolhida. B. Sistematização dos Atrativos. C. Resultado da Sistematização.	57
Figura 10.	Desenhando o que essa já fez e o que é capaz de fazer?	60
Figura 11.	A. Oficina de Artesanato do Junça. B. Bolsas Produzidas na oficina do Junça.	61
Figura 12.	Atrativos naturais. A. Pantanal. B. Dunas. C. Mirante. D. Boca da Barra	64
Figura 13.	Desenhando o que essa já fez e o que é capaz de fazer?	66
Figura 14.	Frente do Mapa Turístico do Litoral de Pacatuba	68
Figura 15.	Verso do Mapa Turístico do Litoral de Pacatuba	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Técnicas e Dinâmicas Grupais Aplicadas na Pesquisa	23
Quadro 2.	A Evolução do Turismo	27
Quadro 3.	Trajectoria Histórica das Políticas Públicas de turismo	39
Quadro 4.	Percepção dos atrativos sob o olhar da comunidade de Ponta dos Mangues	58
Quadro 5.	Principais impeditivos e possíveis soluções para a atividade do TBC em Ponta dos Mangues	59
Quadro 6.	Percepção dos atrativos sob o olhar das comunidades Junça e Tigre	62
Quadro 7.	Principais impeditivos e possíveis soluções para a atividade do TBC em Junça e Tigre	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivos Geral e Específicos.....	16
<b>2 ESTRUTURA METODOLÓGICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Aspectos Teóricos Acerca do Método e Técnicas Utilizadas .....	18
2.2 Tipos e Etapas de Pesquisa.....	21
2.3 Coleta e Análise dos Dados.....	23
2.4 Desenho da Pesquisa.....	24
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>25</b>
3.1 A Concepção Histórica do Turismo.....	25
3.2 Aspectos Conceituais do Turismo de Base Comunitária .....	28
3.3 O Espaço Sustentável do Turismo .....	32
3.4 Políticas de Turismo no Nordeste Brasileiro.....	36
3.4.1 A trajetória das políticas públicas do turismo nacional e regional .....	39
3.4.2 Políticas públicas de turismo em Sergipe .....	42
<b>4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....</b>	<b>46</b>
4.1 Área em Estudo.....	46
4.2 O Litoral de Pacatuba e o seu Processo de Desenvolvimento Turístico .....	50
4.3 Turismo de Base Comunitária como alternativa de desenvolvimento local nos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues .....	55
4.4 Mapas Turísticos: Produtos Dialógicos Ponta dos Mangues, Tigre e Junça, Litoral de Pacatuba .....	67
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Perfil Geral.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Gestor (a) Público (a).....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Empresário do Setor Turístico .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Comunidade Local .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE E - Lista dos Entrevistados .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE F - Estrutura da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo .....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE G - Técnicas e Dinâmicas Grupais Aplicadas na Pesquisa .....</b>	<b>84</b>

<b>APÊNDICE H – Roteiro da Oficina em Ponta dos Mangues .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE I – Roteiro da Oficina em Junça e Tigre .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO A - Lista de Frequência das Oficinas.....</b>	<b>87</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Justificativa

O turismo é um fomentador de divisas, possibilitando emprego e renda, quando aplicado de maneira responsável e de qualidade. De acordo com Organização Mundial do Comércio (OMC), o setor movimenta mais de cinquenta e cinco segmentos, dentre estes se destacam: transporte, supermercados, hotelaria, gastronomia e artesanato.

Atualmente o turismo, enquanto atividade econômica tem sido analisada por diversos autores como um importante instrumento de desenvolvimento local. Andrade (2004) afirma que o conceito de turismo está relacionado a uma perspectiva mais ampla de atividades que compreende a viagem de pessoas fora de sua residência habitual, por menos de um ano, pelos mais diversos motivos.

De acordo com Panorama do Turismo Internacional (2009), publicado pela Organização Mundial do Turismo - OMT, o mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o parecer mostra que o turismo está em quarto lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. Cita também, que em muitos países, a atividade turística é uma das principais fontes de receita e imprescindível para a geração de emprego e renda.

Essa atividade se articula com diversos outros setores da economia e com a participação de outros agentes econômicos, como empresas internacionais e locais, que oferecem seus serviços de turismo em diferentes partes do mundo. É o que tem ocorrido nas últimas duas décadas na Turquia, onde turismo é considerado um setor importante para o desenvolvimento regional, principalmente nas zonas costeiras do sul-ocidental e regiões ocidentais, tendo a comunidade como agente articulador. Nesta região, a política nacional de turismo foi executada à longo prazo e contou com investimento público e privado, e desse modo fomentou iniciativas para desenvolvimento regional sustentável (AKGUNGOR, 2009). Entretanto, no Uruguai, este desenvolvimento turístico na região costeira, ocorreu sem a participação da comunidade. Concentrou-se apenas no governo local, mostrando uma ausência de integração com as organizações locais comunitárias (MARCHESE, 2013).

No Brasil, o potencial turístico se destaca, sobretudo, pela sua natureza exuberante, riquezas histórico-culturais e hospitalidade. Para Bursztyn (2007), a capacidade geradora de emprego e renda e promotora de inclusão social dessa atividade ganharam destaque no Plano Nacional de Turismo lançado pelo Governo Federal, em abril de 2003, que aponta o setor como o possível redutor das desigualdades.

No desenvolvimento da atividade econômica do turismo, diversos segmentos são explorados de acordo com as potencialidades e ofertas de serviços. Essa segmentação reflete, também, a especialização do mercado turístico, na qual os indivíduos procuram por novos tipos de experiência, que venham oferecer significados para suas viagens. Com isso, surge na contramão da oferta de um turismo de massa e dos seus impactos socioeconômicos e ambientais, o Turismo de Base Comunitária como uma nova vertente de gestão participativa e comunitária, que vem ganhando corpo em diversos destinos turísticos pelo mundo.

Neste sentido, o Turismo de Base Comunitária-TBC tem como uma das suas premissas o desenvolvimento endógeno (MIELKE,2012), estratégias de incrementos econômicos, através de atividades turísticas.

Em Sergipe, a década de 90 foi marcada por vultuosos investimentos da atividade do turismo em sua zona costeira. De acordo com Santos (2013), chamam atenção os recursos advindos do PRODETUR, estruturado quase na sua totalidade com recursos do BID e BIRD. Esses investimentos atenderam o desenvolvimento do turismo no território através da implantação e melhoria da infraestrutura básica como transporte, energia e saneamento, equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação e expansão turística. Entretanto, vale ressaltar que os insumos foram priorizados para a capital Aracaju e o litoral sul do Estado.

Destaca-se que dentre os investimentos realizados na zona costeira sergipana, foi priorizada a interligação rodoviária do todo o litoral a partir da construção de pontes na rodovia SE-100. Esta infraestrutura possibilitou uma maior fluidez e intensificou o uso do litoral em quase toda sua totalidade. Atualmente, é perceptível uma dinâmica de especulação imobiliária que se processa seguindo o traçado dessa rodovia, tendo maior intensidade em alguns trechos do litoral sul sergipano (SANTOS, 20015).

É válido ressaltar que o município em estudo tem o seu território cortado pela rodovia SE-100 norte, em pavimentação de piçarra, onde se encontram os povoados que farão parte dessa análise. Nesse sentido, Santos (2015) afirma que é perceptível uma nova dinâmica de valorização dos terrenos e o surgimento por parte da população, que tem a expectativa de melhorias nessas localidades por conta da futura pavimentação asfáltica desse trecho, pois essa obra se encontra na pauta de prioridades do governo estadual.

Desta forma, ao se analisar o município de Pacatuba, sobretudo os povoados que fazem parte desse estudo, é possível observar que existem potencialidades ambientais que apontam possibilidades para a implementação de atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo

com a participação da comunidade, como uma provável alternativa para a geração de emprego e renda.

De acordo com os estudos de Mielke (2009), o envolvimento da comunidade em todo processo de elaboração, capacitação, implementação e gestão, é fundamental para consolidação da proposta, pois a comunidade é o principal agente atuante e ela tem o poder decisório sobre as ações à serem tomadas. O processo de envolvimento comunitário traz benefícios expressivos, tanto no campo social, quanto de apropriação dos bens e potencialidades locais. Porém, o autor ressalta que se deve ter desde o início da concepção do projeto, a compreensão de que o turismo não irá atender e resolver todos os problemas sociais das comunidades, porém é um valioso instrumento (MIELKE, 2009).

Deste modo, as possibilidades se tornam viáveis e levam em consideração o desenvolvimento local no turismo, com a oportunidade de inserção de agentes sociais e econômicos, de assumirem papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços do destino turístico. Sob esse aspecto, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada, buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Nessa perspectiva, o município de Pacatuba, em Sergipe está inserido no Programa de Desenvolvimento do Turismo/Nordeste-PRODETUR/NE, criado pelo Governo Federal no âmbito do MTur, tendo por objetivo o financiamento de programas regionais para a captação de recursos junto ao BID. O primeiro desses programas foi o Prodetur Nordeste, fase I e fase II, seguido pelo Proecotur (Região Norte) e Prodetur Sul (Região Sul e MS) dentro do programa denominado Polo Costa dos Coqueirais (SERGIPE, 2013).

O município está situado no litoral norte de Sergipe, dista 117 km de Aracaju, capital de Estado, faz divisa com os municípios de Brejo Grande, Ilhas das Flores, Neópolis, Japoatã e Pirambu, com população de 13.137 habitantes. O espaço em foco tem como sua maior fonte de renda a agricultura e pecuária (IBGE, 2010). Está localizado na região inserida na Reserva Biológica de Santa Isabel, onde existe um dos mais importantes sítios de desova de tartaruga Oliva do Brasil, controlado pelo IBAMA.

A localidade é ressaltada por Santos (2013) em sua singularidade e por possuir um santuário ecológico ‘assentado em um vasto pantanal’, com paisagens de praias e dunas, e pantanal com 40 km de extensão – considerado o segundo maior riacho de pantanal do Nordeste.

Diante desse cenário, com base no contexto socioambiental têm-se como premissa as bases do TBC que perpassam pela comunidade como articulador e principal agente de todo o processo, fazendo uso dos recursos naturais que lhe circundam. Essa apropriação como fonte de benefício econômico gera disputas pela posse do espaço.

Os povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues possuem singular potencial paisagístico e cultural, localizando-se às margens da rodovia SE-100 Norte, eixo indutor do fluxo turístico da região. Os conceitos a serem trabalhados nesta pesquisa, portanto, têm como referencial o estudo de viabilidade da implementação da atividade do turismo de base comunitária como alternativa para o desenvolvimento econômico do município em questão.

Nesse contexto, as questões norteadoras deste estudo são:

- (i) Que atividades econômicas podem servir de suporte para a geração de renda aos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, em Pacatuba, Sergipe?
- (ii) De que forma o turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento da zona costeira dos povoados em estudo?
- (iii) Qual a perspectiva de implantação de uma rota turística no litoral norte sergipano, e que beneficie as comunidades em estudo?

Sob essa ótica, o presente estudo pretende analisar os processos que viabilizam o Turismo de Base Local, no município de Pacatuba, Sergipe. Opera-se com a perspectiva de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo na localidade, que possibilite estratégias de resistência ao turismo de massa, através de um planejamento participativo e de construção coletiva. Tendo como premissa à autogestão sustentável, equidade de trabalho e distribuição dos benefícios gerados pela atividade turística.

Destarte, esse projeto em seus objetivos envia-se pela seara da pesquisa para a criação de um produto como uma possível resposta as demandas das comunidades estudadas em suas dinâmicas de conhecimento, compreensão, tensões, ausência de informações e probabilidade de realização do TBC.

## **1.2 Objetivos Geral e Específicos**

- ✓ Analisar a viabilidade de implantação do TBC, como alternativa de desenvolvimento local para os povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, no município de Pacatuba/SE;
- ✓ Confeccionar mapas turísticos que representem a Rota Turística do Litoral de Pacatuba, Sergipe;
- ✓ Avaliar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo em Pacatuba;



- ✓ Considerar a percepção dos sujeitos sobre a potencialidade dos atrativos turísticos locais;
- ✓ Averiguar o interesse dos sujeitos envolvidos, como agentes públicos, privados e lideranças locais para o desenvolvimento da atividade do TBC, nos povoados selecionados.

Nesse contexto, o estudo encontra-se dividido e subsequente a este em 05 (cinco) itens que tratam:

**O item 2** - A Estrutura Metodológica que aborda as bases teóricas, define o método fenomenológico e as técnicas de uso para atender aos objetivos da pesquisa - questionários aplicados ao grupo estratégico do município, como: empresários, gestores públicos e lideranças locais. Esses resultados foram acompanhados de duas Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo, que trouxeram indicações, sonhos... no sentido de desenvolver um produto denominado Mapa Turístico;

**O item 3** - A Fundamentação Teórica é desenvolvida a partir da concepção histórica do Turismo, passando por aspectos conceituais do Turismo de Base Comunitária e Espaço Sustentável do Turismo. Traz as Política de Turismo no Nordeste Brasileiro, com sua trajetória regional e, especialmente, em Sergipe.

**O item 4** – Lança o Turismo de Base Comunitária como alternativa de desenvolvimento socioeconômico, mostrando através da aérea em estudo, o litoral de Pacatuba e seu processo de desenvolvimento turístico. E como produtos, com base no diálogo com as comunidades, os Mapas Turísticos.

**O item 5** - Entendendo que o turismo é uma das atividades que mais cresce no Brasil, observamos que algumas áreas, sobretudo, áreas interioranas são de certa forma excluídas dos benefícios que a atividade turística pode proporcionar. Dessa forma, o turismo comunitário surge como uma importante ferramenta para melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades.

## 2 ESTRUTURA METODOLÓGICA

Os conceitos trabalhados nesta pesquisa conduziram o desenvolvimento da pesquisa em seu aporte crítico-analítico, fomentando a escolha do método, o tipo de pesquisa e as técnicas que contribuíram para a formulação e apresentação dos resultados esperados.

### 2.1 Aspectos Teóricos Acerca do Método e Técnicas Utilizadas

De acordo com Sposito (2004), a palavra método deriva do grego e significa “meta”, “caminho”. Quando se refere ao método científico trata-se apenas de procedimentos e técnicas de pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas que alicerçam o caminho da pesquisa (CALDAS, 1997). Dentre os métodos apresentados e aliados às técnicas, Sposito (2004) traz para essa discussão o método fenomenológico-hermenêutico, visto que apresenta entre suas premissas, as histórias de vida, discurso próprio, postura crítica e fenomenologia.

A fenomenologia é ponto de partida para esta pesquisa, pois valoriza as experiências e as vivências dos indivíduos para a compreensão dos fenômenos. Trazer para o TBC uma abordagem fenomenológica é partir da premissa da essência do objeto estudado. Busca-se no mundo aquilo que está sempre aí, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço repousa em encontrar este contato ingênuo com o mundo (TRIVIÑOS, 1992).

Dessa forma, o método seguiu em direção da visão de Husserl (2008), que propõe a “volta às coisas mesmas”, interessando-se pelo fenômeno tal como se torna presente e se mostra à consciência. É a partir de fenomenologia husserliana, que se pretende estudar não puramente o ser, nem puramente a representação ou aparência do ser, mas o ser tal como se representa no próprio fenômeno.

Para Husserl fenômeno é tudo aquilo de que podemos ter consciência, da forma que seja. Ele esclarece:

A fenomenologia não é sinônimo fenomenismo no sentido de que tudo que existe seja apenas um fenômeno da consciência. A reflexão sobre os fenômenos da consciência é, entretanto, o ponto de partida para examinar os diferentes sentidos e significados do ser e do existente à luz das funções da consciência. Através deste método pretende chegar a um fundamento certo e evidente do ser e de suas aparições. A tarefa da fenomenologia é, pois, estudar a significação das *vivências* da consciência. (HUSSERL, 2008, p.17).

Endossando o pensamento anterior, Gil e Silva destaca a essência das coisas e do vivido.

O método fenomenológico é essencialmente filosófico. Seu objetivo é o estudo do fenômeno, isto é, das coisas em si mesmas e não do que é dito sobre elas. O que se busca alcançar com esse método é a consciência do sujeito mediante a expressão de suas experiências internas. Para a fenomenologia, um objeto é como o sujeito o percebe, devendo, portanto, ser estudado sem interferência de qualquer regra de observação. Assim, tanto um objeto concreto quanto uma sensação, uma recordação ou uma crença, devem ser estudados tal como o são para o espectador (GIL; SILVA, 2015, p. 102).

Esse olhar fenomenológico, transportado à discussão do modelo de Gestão de Base Comunitária aplicado ao turismo e objeto deste estudo, se preocupou em avaliar a estrutura e o significado implícito das experiências vividas pelos indivíduos, valorizando-os em seu espaço de vida, sensibilizando-os para compreender a cooperação entre si e o trabalho coletivo.

Panosso Netto (2005), defensor da aplicação da fenomenologia nos estudos do turismo, explica que o método é uma atitude e um posicionamento do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, pois no ato de sua observação científica ele deve se livrar de todos os conceitos e conhecimentos, atentando-se a realidade do objeto de estudo. A fenomenologia torna-se pertinente como base para as análises em turismo

[...] devido ao seu foco na consciência humana durante todo o processo de pesquisa, vivência de situações sociais, e de se mostrar como uma das metodologias que melhor consegue capturar a essência da experiência humana e sua interação com os ambientes (BAKER *apud* MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 27).

Panosso Neto reforça que há múltiplas razões para utilizar o método fenomenológico na pesquisa em turismo com destaque para três:

[...] Primeiro, porque esse é um método novo de abordagem do turismo, fato que pode trazer novas possibilidades para esse campo de estudo; segundo, porque a fenomenologia nasceu no início do século XX, justamente como reação contra os reducionismos (historicismo, biologismo, psicologismo) nas análises da sociedade e; terceiro, porque nas palavras do próprio Husserl, [...] a fenomenologia quer ser ciência e método, a fim de elucidar possibilidades universalmente em questão e, portanto, as investigações fenomenológicas são investigações universais de essências (PANOSSO NETTO, 2005, p.99).

Em se tratando das técnicas de pesquisas que foram empregadas para se alcançar os objetivos propostos neste projeto adotaram-se as pesquisas bibliográfica, documental e trabalho de campo. De acordo com Dencker (2001) a pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos. Essa

técnica da pesquisa bibliográfica corresponde ao levantamento, seleção e fichamento de documentos de interesse para estudo de determinado assunto.

Nesse sentido, o trabalho faz uso de publicações como livros, artigos de periódicos, dissertações e teses que abordam contextos e experiências de TBC, reflexões de áreas socioambientais, da geografia do lugar, dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDHM) no diálogo com a perspectiva do turismo sustentável.

Já a pesquisa documental, a partir de fontes primárias, se difere da pesquisa bibliográfica “por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado” (DENCKER, 2001, p. 125). Recorreu-se aos jornais *online* e impressos, folders publicitários do município de Pacatuba, encartes institucionais (Contextos Arqueologia e ICMBio), relatórios e anuários (SEBRAE, MTur, SECTUR-SE), além do site da prefeitura de Pacatuba. Esse material trouxe dados qualitativos (cotidiano, promoção, salvaguarda) que permitiram aprofundar a análise e contextualizar o corte espacial deste projeto.

Outra técnica adotada foi o trabalho de campo, ou seja, as visitas *in loco* com a realização de oficinas junto à comunidade, entrevistas e registros imagéticos. Essa técnica se constituiu numa importante estratégia capaz de proporcionar a inter-relação entre os dados e informações levantados nas etapas bibliográficas e documentais anteriores. Foi, portanto, um instrumento fundamental na leitura e compreensão. O trabalho de campo esteve ainda associado ao roteiro de observação (identificação do cotidiano e das lideranças comunitárias) que consistiu na coleta de dados para apurar informações através da troca de experiências (LAKATOS, 2007).

Por sua vez, a entrevista estabelece o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, podendo ser estruturada ou semiestruturada (GIL, 2002).

Por isso, foi importante o trabalho com a oralidade através da elaboração de um questionário direcionado aos seguintes grupos de interesse: comunidade local, lideranças locais, gestores públicos e empresários do setor turístico. As questões estruturadas 8(oito) aplicada à todos e semiestruturadas aplicadas a cada grupo, sendo 10 (dez) para os gestores públicos e 5 (cinco) para a comunidade, empresários e lideranças locais. Foram validadas pela orientação desta dissertação e por cinco pessoas com diferentes níveis instrucionais que avaliaram a coerência e a clareza das perguntas, através de um formulário anexo, alcançando percentual igual ou superior a 60% de considerações positivas. A aplicação dessas indagações teve como objetivo compreender as dinâmicas de funcionamento da comunidade em sua relação socioeconômica e ambiental referente ao turismo. Para o gestor identificado no trabalho foi

apresentado um termo de livre consentimento da utilização de suas respostas para fins acadêmicos.<sup>1</sup>

Como culminância dessa interação com a comunidade via oficinas e entrevistas foram definidas a elaboração de um **Mapa Turístico** e sob esse aspecto, os estudos em conhecimento na cartografia necessitam considerar o projeto do mapa e o seu uso, como resultado dos processos mentais humanos para o entendimento da construção do conhecimento espacial (OLSON, 1976, p.39).

De acordo com Mersey (1990), a eficácia de um mapa pode ser vista como uma medida de quão bem esta transferência de informação é facilitada pelo mapa, no processo de comunicação. A esse respeito, MacEachren (1982) enfatiza a necessidade de analisar a eficácia de um mapa pelo emprego de múltiplas tarefas, pois a capacidade dos usuários para concluir estas tarefas depende da qualidade do mapa e do seu projeto. Para que seja possível produzir mapas eficazes, os cartógrafos devem ser conscientes dos processos cognitivos utilizados pelos usuários, quando estes pesquisam e interpretam a informação representada.

Conforme Andrade e Sluter (2012) a percepção de representações cartográficas, construídas com a simbologia pictográfica, pode estimular a aquisição de conhecimento espacial pelos usuários de mapas turísticos de maneira a permitir que os mesmos realizem tarefas de nível básico, ou seja, que envolvem detecção, discriminação e reconhecimento.

Assim, a reunião dos procedimentos que envolveram a teoria fenomenológica e a prática da pesquisa para a coleta de dados e reflexão crítica resultaram no produto-chave deste percurso de estudo.

Para um maior detalhamento dos tipos e as fases utilizadas na pesquisa, segue-se a sua descrição.

## **2.2 Tipos e Etapas de Pesquisa**

Para alcançar os objetivos da pesquisa é necessário o uso do tipo exploratório, com o intuito de uma nova visão do problema e descrever como eles serão atendidos. Marconi e Lakatos (1986) apontam que a tipologia da pesquisa é que determinará a elaboração do estudo.

**Na primeira fase**, foi realizado um levantamento, em fontes primárias e secundárias, de dados que tratam da trajetória do turismo tradicional e os modelos inclusivos que atendem

---

<sup>1</sup> Tendo em vista a instabilidade da Plataforma Brasil, entre 2016 e 2017, não foi realizado o cadastro online como requer a Resolução nº 510 de abril de 2016 que preconiza normas do Conselho de Ética para pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. A não-identificação da maior parte dos entrevistados e a anuência do termo de livre consentimento do único entrevistado identificado propiciaram o resguardo legal desta pesquisa de acordo com as próprias normas em vigor.

as necessidades das comunidades receptoras das localidades estudadas. Houve a elaboração dos instrumentos de análise para a aplicação de entrevistas e oficinas de diagnóstico participativo, nos povoados Tigre, Junça e Ponta dos Mangues.

**Na segunda fase**, compreendeu a confecção do **Mapa Turístico** que representou a rota do Litoral Norte a SE-100 (Pacatuba). O produto foi elaborado a partir da realização das oficinas participativas, leituras, observação do cotidiano e desenhos feitos pelas comunidades através dos saberes locais, dos recursos naturais e histórico-culturais, associando à análise de conteúdo (BARDIN, 1977). O Mapa Turístico foi desenvolvido com os agentes das comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, no intuito de identificar as oportunidades e obstáculos e pontos fortes e fracos (Matriz FOFA).

**Na terceira fase**, foi feita uma análise das políticas públicas de turismo voltadas para a realidade da comunidade e/ou instituições, a partir de documentos em fontes primárias e secundárias, com destaque nos Planos Nacionais de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo aplicado às diretrizes do TBC, dentre as quais, a comunidade é a principal articuladora. E, ainda, o olhar das lideranças e gestores traduzidos nas entrevistas e Oficinas de Diagnósticos Participativos Locais.

**Na quarta fase**, promoveu-se a mobilização dos interessados em torno da reflexão e do enfrentamento da situação passada e atual. O uso das oficinas e aplicação dos questionários trouxe consigo leituras, elementos e desenhos feitos pelas comunidades em tela através dos saberes locais, as belezas naturais e histórico-culturais e com isso também a percepção dos sujeitos sobre a potencialidade dos atrativos turísticos de sua localidade - apreender e observar o fenômeno fez parte da construção coletiva do Turismo de Base Comunitária.

**Na quinta fase**, o interesse foi observar a organização civil dos sujeitos aqui pesquisados, gestores, líderes comunitários e, principalmente como parte integrante, sensível, consciente de unir as vozes, os saberes e as ações em prol do desenvolvimento do turismo proposto, um turismo em bases sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Segundo Furtado; Furtado (2000) a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) terá uma abordagem pedagógica da Intervenção Participativa dos Atores. Por isso, o DRP foi aberto à participação coletiva, criando a oportunidade da vivência democrática, isto é, produzindo conhecimento e indicando opções para as decisões. O procedimento aplicado às comunidades de Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, durante as oficinas de **17 e 31 de agosto de 2017**, são apresentados no quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Técnicas e Dinâmicas Grupais Aplicadas na Pesquisa

Técnicas de Sensibilização	Nome	Objetivo
	Sensibilização	Mobilizar os participantes sobre a sua realidade
	Raiz da vida	Valorização se suas histórias de vida
Técnica de conhecimento da realidade	Caminhada transversal	Promove a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas (apontar as características naturais da comunidade)
	Horizonte coletivo (sonhos)	Um painel onde o grupo possa construir uma imagem coletiva da comunidade, e assim identificar o que ainda não conhecem
	Mapa da vida e da paisagem (o olhar, a descoberta...)	Associa-se com a caminhada transversal, mas com foco em descobrir e ilustrar a visão que a comunidade tem dos aspectos físicos e humanos da realidade.
	O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?	Resgata a história de vida dos participantes
	Linha do tempo	Conhece os momentos importantes da comunidade
	Árvore de problemas	Discutir os problemas de forma coletiva para que as decisões também sejam em conjunto
	Prioridades problemas/soluções	Identificar os problemas mais pontuais do grupo de maneira democrática
	Fofa (após fechamento das oficinas para a análise do pesquisador)	Mostrar as fortalezas e fraqueza, oportunidades e ameaças.

Fonte: Adaptado de Furtado; Furtado (2000); Verdejo (2010).

Nesse sentido, é importante observar que a pesquisa participante e/ou pesquisa-ação pretende refletir na direção de uma prática, tendo em vista a própria vivência do pesquisador e sua ação participativa na comunidade. Essa técnica é definida como:

[...] Um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e/ou participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988, p. 14).

### 2.3 Coleta e Análise dos Dados

As demandas dos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues nessa pesquisa foram analisadas com base na interação das oficinas e entrevistas, reforçando os procedimentos

empíricos de criação de um produto, o Mapa Turístico, que melhor se adequasse às problemáticas levantadas pela comunidade.

A cronologia do trabalho de campo seguiu os seguintes trâmites:

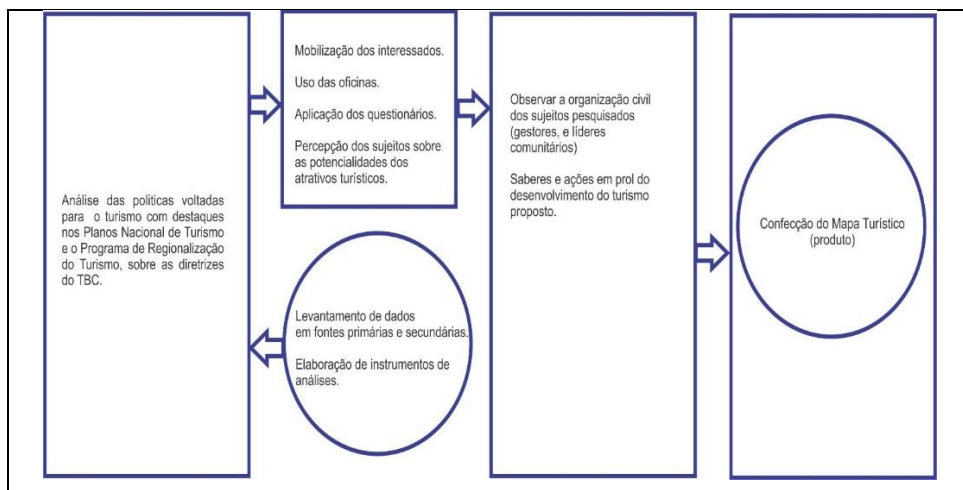
- (i) Em novembro de 2016 foi realizada uma visita para reconhecimento da região em estudo;
- (ii) Em janeiro e fevereiro de 2017 foi feita a sensibilização da comunidade;
- (iii) Em julho houve uma interação-participativa com a comunidade a partir da presença do pesquisador nas reuniões da comunidade através dos grupos de artesãos, culinária e apicultores;
- (iv) E em agosto de 2017 foram realizadas duas oficinas. A primeira em 17 de agosto no povoado Ponta dos Mangues e a segunda, em 31 de agosto nos povoados Junça e Tigre, coletiva, em razão da proximidade do local;
- (v) Durante os períodos supracitados foram realizados os registros fotográficos que acompanham esse estudo.

As informações fornecidas pelos entrevistados foram analisadas, buscando-se conhecer suas percepções e expectativas sobre a viabilidade do TBC como alternativa socioeconômica. A amostra não probabilística por conveniência a grupos estratégicos, como: gestores públicos, comunidade, lideranças e empresários locais.

## 2.4 Desenho da Pesquisa

A arte da pesquisa, em sua dimensão de organização e desenvolvimento, encontra-se sistematizada na Figura 1, a seguir.

Figura 1. Desenho da Pesquisa



Elaboração: Autor (2017).



### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, houve significativo avanço acadêmico no que se refere à consolidação do campo teórico e metodológico do Turismo. Trazer os conceitos e os métodos, valoriza a história do turismo e seus desdobramentos, mostrando as perspectivas e possibilidades que esta modalidade oferece.

#### 3.1 A Concepção Histórica do Turismo

O termo *tourist* surgiu na Inglaterra, no século XVIII, referindo-se ao viajante em geral. Naquela época, os jovens filhos dos aristocratas deixavam as ilhas britânicas e viajavam para o continente europeu em busca de conhecimentos sobre cultura, artes, política e regras de trato social (BARBOSA, 2002). Quando retornavam à Inglaterra (MOESCH, 2002), eram direcionados para exercer cargos no governo e carreiras diplomáticas. Essa prática também começou a ser adotada por nobres de outros países e, no século XIX, surgiram as expressões *Touring* e *Tourisme* para denominar o *Grand Tour*, que podia durar até dois ou três anos e era realizado na companhia de servos e de um tutor de confiança da família.

Dessa forma, os termos turismo e turista denominavam, respectivamente, as viagens e os jovens dos países europeus filhos de nobres e, em alguns casos, de comerciantes ricos, a fim de aperfeiçoar sua educação e estabelecer contatos políticos, comerciais e diplomáticos nas cidades européias mais importantes (BARRETO, 1996; MOLINA, 2004).

Apenas na segunda metade do século XX o turismo surgiu como um fenômeno de massa. O conceito de turismo como entendemos atualmente surgiu com a modernidade, após a Revolução Industrial. Foi nesse período que surgiram as primeiras viagens, organizadas pelo inglês Thomas Cook, que deram origem ao turismo moderno (OLIVEIRA, 1998; CAMARGO, 2002). A melhora nos meios de transporte, a vida nas cidades e o trabalho nas fábricas também foram responsáveis para que o turismo se transformasse em um fenômeno de massa mundial.

O grande movimento dos ingleses para o continente europeu contribuiu extraordinariamente com o desenvolvimento dos transportes e da hotelaria. Como afirma Oliveira (1998), o desenvolvimento dos meios de transporte, como trem e navio, a evolução dos meios de comunicação e a industrialização fizeram com que o turismo despontasse paulatinamente como um setor econômico. No início, os deslocamentos tinham como motivação principal, a aventura. No decorrer do século XVIII, até meados do século XIX, o objetivo do turismo era principalmente educativo, passando depois a ser visto como atividade de lazer. No final do século XX, o turismo passou a ser fenômeno de massas e tornou-se objeto de estudo científico.

As rápidas mudanças na tecnologia dos transportes aéreos permitiram o deslocamento de um número maior de pessoas em menos tempo. O setor hoteleiro tornou-se mais profissional e adquiriu novas tecnologias, garantindo mais conforto e eficiência aos hóspedes. O crédito facilitou a aquisição das passagens e dos pacotes de viagens, dinamizando e aumentando o setor das operadoras de turismo e das agências de viagens. As pessoas passaram a viajar para se liberar da dependência social, refazer as energias e buscar a realização de sonhos e desejos. Nesse período, o conceito de turismo recebeu a conotação de um tipo de viagem, realizado em seu tempo livre, sempre tendo o lazer como motivação (BARRETO, 1995).

Neste sentido, havia a preocupação em se eliminar das viagens turísticas qualquer referência às viagens por motivo de trabalho e saúde, que, por serem obrigatórias, não eram consideradas uma atividade de lazer. Barreto explica a diferença entre viagem e turismo do seguinte modo:

[...] as viagens de negócios, de estudo ou para visitar parentes em ocasiões especiais, como doença ou morte, são compromissos sociais ou profissionais. Nessas circunstâncias, as pessoas que viajam por motivos alheios ao turismo utilizam os mesmos meios e serviços que os turistas e, muitas vezes, acumulam as obrigações com a prática do turismo (BARRETO, 1995, p.23).

No período que seguiu o pós-guerra, entre os anos 50 e 70 do século XX, predominou o chamado “turismo de ver”. Essa modalidade de turismo, hoje bastante conhecida e criticada, é feita normalmente em grupos, organizados por meio de pacotes de viagem, que fazem visitas a locais pré-estabelecidos com duração pré-determinada, normalmente breve, dando ao turista apenas a chance de “ver” o local. Há pouco relacionamento com a comunidade local e pouca oportunidade de realmente conhecer o local visitado. Já na década de 80, percebeu-se um crescimento dos turistas que buscavam o “turismo de conviver”. O tempo e o espaço não são necessariamente reais, uma vez que se criam ambientes artificiais, sem história e identidade entre a comunidade e o lugar (OLIVEIRA, 1998; YAZIGI, CARLOS e CRUZ, 1996).

Os lugares turísticos dos anos 90, segundo Oliveira “são construídos para o consumo do turista, não para que a comunidade local tenha condições de receber os turistas”. Surge, então, o “turismo de consumir”, estimulado pela mídia, que transforma tudo em produto turístico, como: turismo de sol e mar, a favela, os animais, o esporte, a comida, o estilo de vida, entre outros (OLIVEIRA, 1998, p.23).

Vendem-se paraísos, aventuras, o exótico, o pitoresco, qualquer coisa que leve o turista a viver algo único, exclusivo e diferente do que se faz no dia a dia. Para Barbosa (2002) o processo capitalista exige uma produção em grande escala, fazendo com que a exploração de

áreas naturais seja intensa, pois elas são vistas como bens que têm valor medido pelo poder de troca, não de uso. O quadro 2, traz uma mostra da evolução do turismo.

Quadro 2. A Evolução do Turismo

Período segundo Molina		Lickorish e Lenkins	Rejowski	Acerenza	Barbosa
Pré-Turismo		Pré-Histórico	Antecedentes das viagens e do Turismo	Antecedentes Remotos	Primeiros deslocamentos humanos Viagens Culturais – Grand Tour
Turismo Industrial	Turismo Industrial Primitivo	Era das ferrovias	Desenvolvimento do Turismo	Turismo a partir de meados do século 19 (1850)	Ressurgimento do balneário e o Turismo de Cura
		Entre Guerras	1900 a 1949 transição pelo crescimento e interrupção do fluxo turístico (Turismo em cenários de mudança);	Turismo depois da primeira guerra mundial	Modernização nos transportes: as estradas de ferro
	Turismo Industrial Maduro	Decolagem do Turismo	Grandes transformações, de 1950 a 1973, com o Turismo Massivo (Turismo em cenários de mudança)	Turismo depois da segunda guerra mundial	
			Turismo Pós-Industrial	Novo cenário, de 1974 a 2005, com a emergência dos debates sobre sustentabilidade, globalização e as incertezas que envolvem o fenômeno (Turismo em cenários de mudança)	
Pós-Turismo					

Fonte: Adaptado de Cisne e Gastal (2010).

Diante desse processo evolutivo do turismo, foi perceptível que somente quando degradou muito o meio ambiente, o homem percebeu as nefastas consequências da sua conduta e passou a se preocupar com as questões ambientais. Nesse contexto, surgem os ambientalistas que passam a lutar pela sensibilização em relação a temas como conservação e preservação. Assim:

O turismo de massa tradicional e o turismo de consumo começam então a ser questionados por políticas de preservação da natureza, passando a ser substituídos pelo “turismo sustentável”, que compreende “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (SWARBOOK, 2000, p.12).

Atualmente a sociedade pós-industrial é denominada pelo setor terciário da economia. As novas necessidades contemporâneas fazem com que a economia se assente no vasto e complexo setor terciário, que abrange, dentre outros, comércio, finanças, transporte, saúde, educação, publicidade, comunicação, artes, lazer e turismo (TRIGO, 2002). Como alternativa convencional e forma de resistência, o turismo de base comunitária, turismo comunitário ou rural comunitário (TBC) vem se construindo em várias regiões do mundo, na tentativa de se

delinearem novas possibilidades para o desenvolvimento turístico, ou seja, na busca por um “outro turismo possível” (NEUHAUS; SILVA, 2006).

### **3.2 Aspectos Conceituais do Turismo de Base Comunitária**

O turismo tem sido objeto dos discursos e mudanças que se apresentam nos recentes contextos sociais, econômicos, ambientais e culturais na sociedade. Com o discurso da sustentabilidade em evidência, o turismo passa a ser visto como uma atividade que pode dinamizar territórios e promover a inclusão socioeconômica, além de cooperar na conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, o turismo pode ser um contraponto na busca de caminhos sustentáveis para desenvolver territórios ricos em recursos naturais e culturais, mas que nesse processo de globalização ficaram à margem dos benefícios que o desenvolvimento pode gerar. Campanhola e Silva (2000, p.15) afirmam que a globalização ocorre de forma diferenciada nos diversos países, “pois depende da atratividade que eles oferecem às redes globais”.

Com as diretrizes de mudanças propostas pelo Relatório Brundtland (1987, *apud* SEABRA, 2001), que propõe desenvolvimento sustentável para um sistema pautado no uso predatório dos recursos naturais, a sociedade em escala global passa a discutir como atingir um consenso nesse paradoxo que se apresenta. Nessa busca, o turismo é apontado como uma das saídas para essa nova crise no modelo de desenvolvimento. Almeida (2002, p. 25) afirma que “uma das premissas fundamentais é o reconhecimento da “insustentabilidade” ou adequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas”. Nesse contexto, a insustentabilidade de algumas atividades passa a ter visibilidade, e a do turismo é uma delas, pois o modelo estabelecido é predatório, excludente e impessoal.

Rodrigues (2000, p.181) afirma que “a atividade turística, em sua própria essência é incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável” e justifica sua afirmação pela forma consumista com que essa atividade se apodera do ambiente já que:

[...] A medida que se instalam algumas “facilidades” e que esses lugares passam a ser conhecidos e entram no “sonho” e na realização do desejo, já se iniciou *ecodesenvolvimento insustentável*, pois são rompidas as formas de manutenção de equilíbrio anterior, que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas (RODRIGUES, 2000, p. 182).

Dias (2003) contrapõe essa afirmativa ao confirmar:

O desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar sua durabilidade, permitindo conservar nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. Sendo o turismo um poderoso instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão de turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos naturais dos quais depende (DIAS, 2003, p. 60).

Conduzindo a temática de Turismo Sustentável, Dias (2003) completa que este:

[...] pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece implicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social (DIAS, 2003, p.107).

Diante deste panorama, o turismo torna-se uma estratégia socioeconômica, sendo apresentado como uma saída para o desenvolvimento de pequenas comunidades que possuem riquezas naturais e culturais, porém não sabem dinamizá-las em benefício próprio. O turismo de Base Comunitária (TBC) surge como uma resposta dessas comunidades frente ao turismo convencional que prioriza a massificação dos lugares sem a preocupação com seus habitantes e os recursos utilizados (MALDONADO, 2009).

Apesar do avanço no desenvolvimento turístico, este nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social, passando a exigir medidas de ajustes em planejamento (IRVING, 2009).

Contudo, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa se organizam através de elementos da cadeia produtiva e cooperação, como arranjos produtivos locais - APL, *clusters* e redes, dentre outros (COSTA,2006), possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009, p.282).

Para Barboza (2006), APL é um tipo de aglomeração de pequenas e médias empresas, concentradas geograficamente e com especialização em determinado produto, podendo ser de base agrícola, tecnológica ou mesmo de serviços. No TBC, Coriolano (2009) contempla que APLs são atividades produtivas locais derivadas de fatores naturais e históricos, concentrando no mesmo território micro e pequenas empresa de subsistência - setor informal - com base familiar, baixa competência técnica comercial e gerencial produzindo atividades terciárias para a cadeia produtiva do turismo.

O *cluster* remete à noção de aglomeração geográfica de empresas similares, relacionadas ou complementares entre si, admitindo que sejam intensamente articuladas (COSTA e SOUTO-MARIOR, 2006).

Este conceito adapta-se, neste caso ao TBC, por trazer características específicas da atividade de turismo, cujo produto está vinculado à sua base local e à ação conjunta de um aglomerado de empresas vinculadas aos produtos turísticos da região (CUNHA E CUNHA, 2005).

Entretanto, Zacarelli afirma que um *cluster* deve incluir características relacionadas à tecnologia, assim como a competitividade, sustentabilidade ambiental e cultural, qualidade de vida e sinergia, como resultado de relações sistêmicas. E ressalta outras variáveis, a saber:

O hábito de reutilização de materiais recicláveis; intensa competição entre os atores do *cluster* e destes com outros *cluster*; padrão tecnológico similar entre as empresas; cultura social adaptada às atividades do *cluster*; alta relação e sinergia entre os agentes e amplos benefícios relativos à qualidade de vida (ZACARELLI, 2004, p.200).

Outras iniciativas para o TBC são as redes de turismo, da qual se busca compatibilizar a eficiência econômica com os princípios de equidade social, de valorização das identidades culturais e de preservação dos recursos naturais (MALDONADO, 2007). Ainda, segundo o autor, foi criada em 2001, a Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDETURS, com objetivo de articular redes que vem sendo construídas em diferentes escalas local e nacional, articulando estratégias políticas de grupos organizados e de movimentos sócias para a garantia e preservação de territórios. Portanto, diversificando-se as possibilidades de emprego e renda, de valorização da cultura local e de fomento ao associativismo.<sup>2</sup>

Desta forma, o TBC apresenta-se como uma nova forma de planejar o turismo e elencar caminhos que levem a uma governança local eficaz, com benefícios que corroborem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de locais. Por tomarem consciência da importância de seus recursos e capital social, estes vão em busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, na geração de renda, na busca pela cidadania.

As primeiras experiências em TBC datam da década de 1980, nos territórios indígenas e rurais da América Latina. Dentre os fatores que contribuíram para seu surgimento Maldonado (2009, p. 26) destaca quatro:

---

<sup>2</sup> Parte-se do conceito de associativismo como: “as práticas associativas estão ancoradas na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática: por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos” (COHEN, 1999, p.162).

- (i) As pressões mundiais do mercado turístico;
- (ii) Necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica;
- (iii) O papel relevante das pequenas e médias empresas na dinamização do desenvolvimento econômico local na diversificação da oferta turística nacional e;
- (iv) As estratégias políticas dos movimentos indígenas e rural para preservar seus territórios ancestrais, frente à globalização.

Como se observa, esse conjunto de fatores tem sido a tônica das reivindicações de comunidades que tem a consciência de seu potencial de riqueza cultural, patrimonial, natural, de capital humano, mas que por falta de alternativas viáveis de desenvolvimento, por séculos convivem com situações de miséria e medo de perder seus patrimônios para o grande capital. Nesse contexto, o turismo comunitário se apresenta não como a atividade principal, pois segundo Maldonado (2009) o turismo não deve competir, e menos ainda, suplantar atividade tradicionais que tem garantido a sobrevivência de tais povos.

O TBC torna-se uma resposta dessas comunidades frente às formas convencionais de turismo que ao adentrar nesses territórios, se valem do modo de vida de seus habitantes como espetáculo e não como troca de experiência, de alteridade, de percepção que o mundo e o homem se integram, de que um não existe sem o outro. É devido a essa interação que as mudanças são possíveis, gerando novas dinâmicas e valores entre os envolvidos.

Para Maldonado o conceito de Turismo Comunitário é:

Entende-se por Turismo Comunitário toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p.31).

Vale ressaltar que se há mudança na forma de organização de algumas práticas turísticas é porque em algum momento, a demanda mudou. Com a globalização que impõe até certo ponto a homogeneização de cultura e comportamentos, se encontram grupos que lutam contra essa estrutura e que para estes, o diferente, é primordial. Assim é que se percebe o surgimento de um novo perfil de turista preocupado com suas ações nos lugares de destinos, com um senso de responsabilidade social e ambiental diferenciado daqueles que compram pacotes programados e apenas passam nos locais e não compartilham, não interagem com o outro.

O TBC proporciona assim o protagonismo social, uma vez que

[...] resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento (IRVING, 2009, p. 75).

É nessa perspectiva de valorizar o local e suas relações que o TBC surgiu. O local aqui representa

[...] o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É o momento no qual os homens estabelecem relações, as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.13).

Para o turismo o local é essencial, pois como já mostrado, é ali onde as relações acontecem, porém, quando se trata de TBC, pensar apenas no local em si não é o suficiente. Alguns princípios devem ser observados para que essa prática seja considerada de base comunitária. Irving (2009) sugere que nesse sentido, sejam observadas se essa iniciativa tem “motivação endógena”, ou seja, se isso parte de uma vontade dos grupos sociais locais ou se é uma demanda externa. Caso não seja uma demanda local, ela deixa de ser essencial para essa prática.

Outro princípio está centrado na perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos” (IRVING,2009). Ainda segundo à autora, esta ação “se desenvolva em escala limitada, definidas a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas”. Esse princípio mostra a preocupação que os atores locais devem ter com a capacidade de carga do local, assim como das escolhas dos atrativos, e da responsabilidade das ações dos atores envolvidos na atividade.

A geração de benefícios diretos à população local, perpassa pela afirmação cultural e interculturalidade e encontro como condição essencial (IRVING,2009). Deste modo, elucidase o maior legado do TBC que é o da inclusão social das comunidades que podem, através do turismo, acesso à emprego e renda, acima de tudo, à cidadania.

### **3.3 O Espaço Sustentável do Turismo**

O turismo desempenha impactos expressivos na vida das pessoas que viajam e dos moradores locais do destino visitado. Muitas preocupações com o meio ambiente foram surgindo nas últimas décadas, pois nem todos os recursos naturais são infinitos e renováveis.



Quando a atividade turística é realizada em ambientes naturais, é preciso elaborar planos e projetos com muita cautela, organização e em um âmbito multidisciplinar, pois estes abarcam diversos campos do conhecimento.

Conforme a Organização Mundial do Turismo o turismo sustentável é o que pode atender as necessidades econômicas, sociais e estéticas mantendo, simultaneamente as integridades cultural e ecológica. Deve ser “benéfico para os anfitriões e para os visitantes, enquanto, protege e melhora a mesma oportunidade para o futuro” (OMC, 1993).

Toda atividade turística deve envolver, além do bom gerenciamento, medidas de promoção socioeconômicas e ações ambientalmente corretas, como forma de garantir perenidade ao investimento turístico (FARIA e CARNEIRO, 2001).

Os autores ainda ressaltam a importância do planejamento, já que

[...] qualquer política para o turismo passa por uma etapa de planejamento integrado que desenvolva uma análise prévia da sustentabilidade local, seja socioeconômica ou ambiental, como maneira de poder dispor de mais garantias para que o processo seja duradouro, porque a maior parte de seus componentes foi corretamente analisada e trabalhada objetivamente (FARIA e CARNEIRO, 2001, p.12-13).

Para Beni (2006), o processo de planejamento permite orientar, racionalizar e acelerar esse processo de mudança social, que é complexo, porque, além de realizar ações voltadas à solução de problemas, também é preciso mudar estruturas e modo de atuar. Neste sentido, Braga (2007) aponta que planejamento turístico é o processo de avaliação do núcleo receptor - comunidade, oferta turística e demanda real- da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, portanto, fornece direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental.

A criação de agências e legislações ambientais surgiram entre as décadas de 60 e 80, mas só recentemente a defesa do meio ambiente foi incluída na agenda de políticas públicas (FARIA e CARNEIRO, 2001), apesar de existir uma demanda por proteção ambiental ao final do século XIX.

Já Lopes (1996) ressalta que eventos que pontuaram o ingresso definitivo da questão ambiental na agenda internacional e destaca que o meio ambiente se tornou foco de clivagem Norte-Sul na Conferência de Estocolmo, 1972. Ainda de acordo com o autor, a Rio-92 mostrou-se diferente, uma vez que os conflitos internacionais giraram em torno da distribuição dos

custos de degradação e recuperação do ambiente planetário. Segundo Sachs (2000), podem ser elencadas quatro ideias básicas sobre desenvolvimento sustentável:

- (i) A prioridade ao alcance de finalidades sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico, visando ao alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como autodeterminação, participação política e auto-realização;
- (ii) A valorização da autonomia, buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os seus recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo;
- (iii) A busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado pela modernidade à luz do processo modernizador;
- (iv) A eficácia econômica, situando a eficiência econômica como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento.

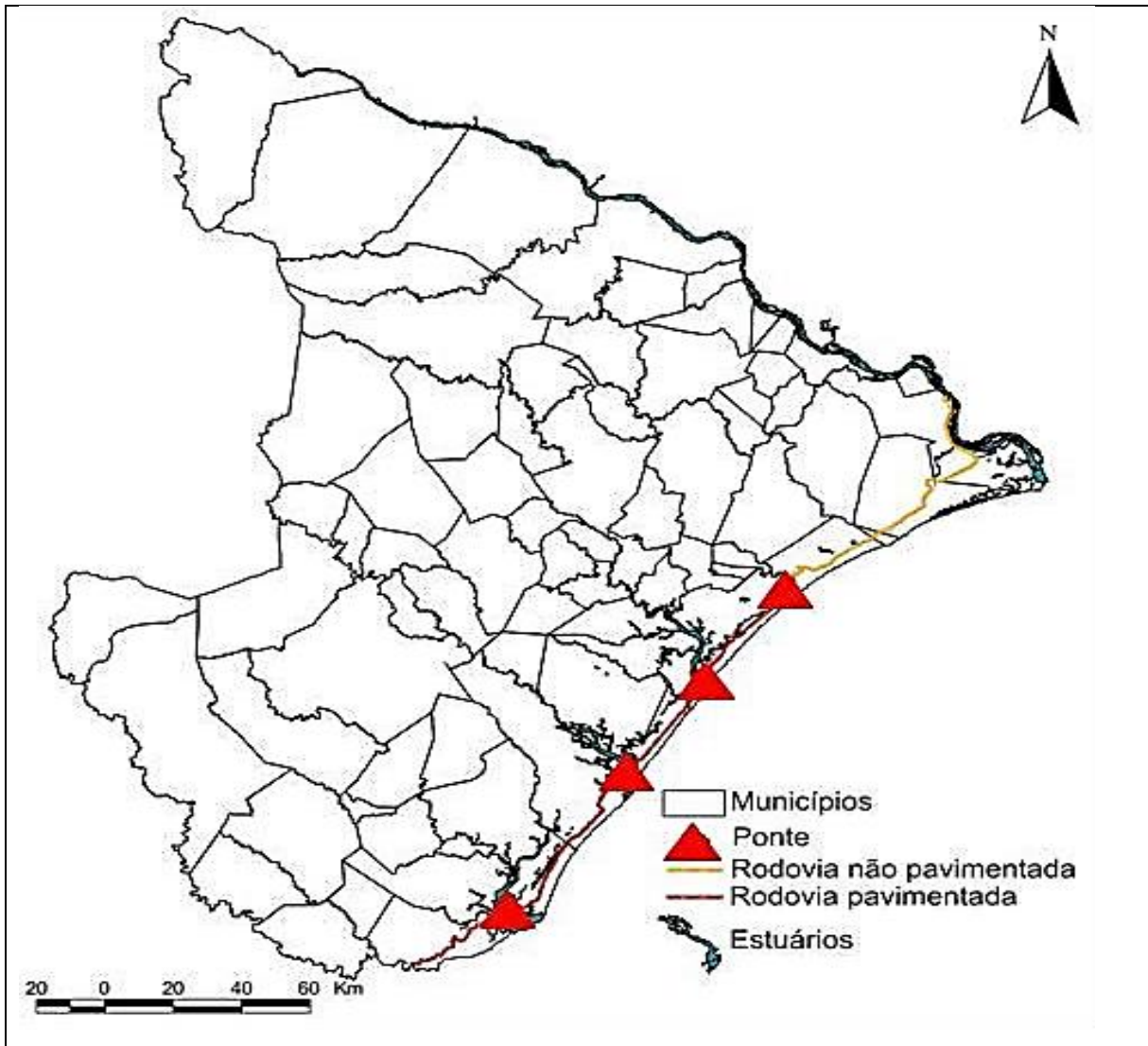
Nesse sentido, pode-se assegurar que o planejamento vem se tornando essencial nas localidades turísticas, uma vez que este contribui para a organização do setor no destino acarretando na satisfação dos visitantes e conseqüentemente outros visitantes poderão vir a localidade (DIAS, 2008).

Para Silva e Ferreira (2007), a preservação dos recursos ambientais e a utilização econômica do espaço geográfico apresentam hoje, no litoral do Nordeste brasileiro, novos apontamentos de preocupação. Essas preocupações têm relação com a intensificação do uso do território, transformação de recursos naturais em valores econômicos. Ainda de acordo com as autoras, a rápida valorização da terra em áreas fora das sedes municipais nos municípios litorâneos, tem levado a mudanças e impactos econômicos e espaciais articulados a um aumento dos processos de especulação imobiliária baseados não na forte prevalência da mancha urbana principal, mas sim pelo interesse em acessar as características cênico-paisagistas de localidades litorâneas.

É neste contexto, que o planejamento turístico se apresenta como de relevância no município em estudo, tendo em vista a retomada da pavimentação asfáltica da rodovia SE-100

norte, que ligará Pirambu a Pacatuba, e assim interligar todo litoral sergipano, conforme ilustram as figuras 2 e 3.

Figura 2. Mapa da Pavimentação do Litoral Sergipano



Fonte: SERGIPE, Atlas Digital sobre Recursos Hídricos, SEPLAN/SRH (2004).

Elaboração: Max Santos e Alex Lima

Figura 3. A. Retomada da pavimentação da SE-100 Norte. B. Placa Institucional com informes da obra da SE-100 Norte



Elaboração do autor (2016).

Desta forma, é fundamental analisar a dinâmica regional de políticas públicas, levando em consideração as potencialidades e prioridades da localidade. Pois, de acordo com Beni (2003), para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado.

### 3.4 Políticas de Turismo no Nordeste Brasileiro

No Brasil, a atividade do turismo teve outra trajetória seguida pelos parâmetros internacionais. A valorização da paisagem costeira (PINTO, 2007) é o principal elemento de diferenciação do produto turístico nacional. Entretanto, em se tratando de política de turismo, pode-se afirmar que as primeiras manifestações foram realizadas nos anos de 1950, com a implantação de estradas que proporcionaram circulação de capital e o desenvolvimento de novos mercados, inclusive o do turismo, embora o grande marco na questão do planejamento turístico brasileiro seja a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966.

A adoção da atividade do turismo como alternativa ao desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro nos conduz a décadas anteriores, quando, de acordo com Dantas (2010), a oligarquia nordestina fundada num discurso regionalista, evidencia um sistema sócio espacial dependente de ajudas e subvenções do governo federal, permitindo, grosso modo: a promoção de vias capazes de promover a integração do sertão ao mercado, o estabelecimento e/ou a

criação de organismos públicos federais no nordeste brasileiro, a política de industrialização dos anos 1960. Inseridos num discurso de diminuição das desigualdades regionais a partir da industrialização, foi criada em 1959 a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Dantas (2010) adverte que a indicação da indústria como mola motriz da política de desenvolvimento econômico regional suscita fracos investimentos na construção de quadro favorável à exploração turística. Os governos estaduais, encantados pelo paradigma da industrialização, são induzidos a colocar em segundo plano ou simplesmente negligenciar as potencialidades turísticas do Nordeste.

Ainda de acordo com o citado autor, a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), houve uma tentativa de mudança profunda de orientação das ações governamentais no Nordeste. Durante a década de 1960, no período ditatorial, com o abandono das propostas de reformas substanciais na região, ganhou destaque uma concepção da modernização econômica e tecnológica como base do desenvolvimento regional. Na década de 1970, as políticas governamentais passaram a dar ênfase à implantação de polos de modernização agrícola e pecuária. A agricultura irrigada, com especialização na fruticultura para exportação, tornou-se a solução para os problemas da seca no sertão. Porém, os indicadores mostravam que, na sua maior porção, a economia do Nordeste permanecia tradicional e estagnada e a situação estrutural de pobreza ainda se transformava em calamidade nas estiagens prolongadas.

Um rápido exame das políticas de turismo no Brasil, iniciadas na década de sessenta, há de salientar a falta de definições no ordenamento público desta atividade até os anos noventa, quando se começa, de fato, a coordenar e a monitorar, mesmo com inúmeras dificuldades, o desenvolvimento do turismo nacional. Desde a criação da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em 1966, as políticas de turismo foram precariamente explicitadas e coordenadas com outras políticas setoriais, razão porque (entre outros motivos), se resumiram, na prática, à criação de fundos e incentivos fiscais para a implantação e melhoria de infra-estrutura hoteleira (CRUZ, 2001)

Nesse sentido, Cruz (1996) afirma que em face da fragilidade da estrutura econômica, em que pobreza e miséria compõem parte significativa do quadro social, o turismo era visto como alternativa viável em busca do desenvolvimento e superação dessas deficiências. No processo de desenvolvimento do turismo no Nordeste destacaram-se duas forças convergentes: uma, de natureza mundial, respondendo a uma necessidade intrínseca da atividade turística, ou

seja, a incorporação constante de novos roteiros; e outra, de caráter regional, calcada, sobretudo na busca desenvolvimento econômico.

Para a autora, cientes do potencial turístico regional e da necessidade de fortes investimentos no setor em busca do aproveitamento dessa potencialidade, os governos dos estados nordestinos tomam à frente da iniciativa privada e assumem o papel de empreendedores. Deu-se origem à Política de Megaprojetos, que surgiu no final da década de 1970, fruto de uma fase onde é evidente a disposição do governo brasileiro para financiamento de obras de grande porte.

Na ânsia de atingir o máximo desenvolvimento do potencial turístico do litoral, os governos dos estados nordestinos canalizaram esforços e recursos nesse sentido, em detrimento das áreas interioranas e contribuindo, conseqüentemente, para a perpetuação da pobreza e da miséria lá reinantes, bem como para a continuidade do êxodo rural para o litoral.

A transformação que começou a ocorrer a partir de 1991, representa, portanto, um grande marco da evolução do turismo no país, pois é, justamente, quando este tema surge dentro das prioridades do governo federal. Há, em decorrência disso, uma re-elaboração do papel da Embratur e esta assume a finalidade de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Turismo. Ademais, neste período também se iniciam os grandes programas de desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro, com o PRODETUR (CRUZ, 2001).

Para Oliveira (2008), um dos elementos principais para explicar as mudanças de atitudes do poder público com relação ao turismo ao longo da década de 1990 foi a criação, em 1990, da *World Travel & Tourism Council* (WTTC), entidade que reúne as maiores empresas mundiais do setor e que passa a exercer pressões e criar campanhas em prol do desenvolvimento do turismo, em diversos países.

Diante deste cenário, a partir de articulações envolvendo SUDENE, EMBRATUR, CTI-NE e os nove governos estaduais do Nordeste, além de Minas Gerais, foi instituído pela Portaria nº1 de 29/11/1991 o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. Em negociações com os governos estaduais nordestinos, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa foi aprovado em 1994, sob as diretrizes do Programa de Investimentos Múltiplos de natureza descentralizada, que objetivavam atender as metas estabelecidas no manual operacional do BID. O objetivo central de desenvolvimento do Programa PRODETUR aprovado em 1994 era de contribuir ao desenvolvimento socioeconômico da região gerando oportunidades de emprego, aumento da renda per capita e aumento da receita fiscal dos estados. A operação orientou-se principalmente

na eliminação das restrições ao crescimento do turismo relacionadas a uma infraestrutura e serviços públicos inadequados (BRASIL, 2002).

### 3.4.1 A trajetória das políticas públicas do turismo nacional e regional

É importante ressaltar a importância das políticas públicas para o turismo regional e suas expectativas. Compreender o grau de essencialidade dessas políticas para o turismo se torna relevante o conhecimento do processo de criação delas, que podem ser apresentadas por meio de sua história, na qual envolve fatos importantes da política, de forma geral, que interferiram e muito na história das políticas públicas de turismo, especificamente em algumas regiões do Brasil.

O quadro 3, apresenta a trajetória histórica para melhor compreensão da construção dessas políticas para o turismo:

Quadro 3. Trajetória Histórica das Políticas Públicas de turismo

DÉCADA/ AUTORES	AÇÕES
1930 AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002. Dias, 2003 SANTOS FILHO, 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Direito dos trabalhadores (carteira profissional, a redução da carga horária de trabalho, as férias anuais remuneradas, o descanso semanal, a aposentadoria, o salário mínimo, a lei que visava à proteção contra acidentes no trabalho e também a regulamentação das profissões).</li> <li>✓ Decreto-Lei nº 406, de 1938 (autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias).</li> <li>✓ Divisão do Turismo (Decreto-Lei n.º 1.915, de 1939), primeiro organismo oficial de turismo no Brasil, com a responsabilidade de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo, porém é extinta em 1946.</li> <li>✓ Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) - tinha como principal atividade divulgar e promover o Brasil no exterior, por meio de boletins informativos elaborados em diversos idiomas e distribuídos em hotéis, navios e órgãos públicos internacionais.</li> </ul>
1940 BOLSON; PIRES; BAHIA, 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Decreto-Lei n.º 2.440, de 23 de julho de 1940 - tinha como objetivo dispor a forma de funcionamento das empresas e agências ligadas ao setor de viagem e turismo, bem como a maneira de atuação no mercado.</li> </ul>
1950 RUSCHMANN; SOLHA, 2006 BECKER, 1995 DIAS, 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Muitos autores consideram este período como a real construção histórica do planejamento e, conseqüentemente, das políticas públicas de turismo consolidadas, com a explosão do turismo de massa e o crescimento da rede rodoviária.</li> <li>✓ Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), consolidada pelo Decreto n.º 44.863, de 21 de novembro de 1958. Extinta em 1962.</li> </ul>
1960 SOUZA, 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), sob jurisdição do Decreto-Lei n.º 55, cabendo ao CNTur a formulação da política nacional de turismo e à Embratur</li> </ul>

<p>BENI, 2006 DIAS, 2003</p>	<p>a execução da política formulada pelo Conselho. Com essa parceria é formada o Sistema Nacional de Turismo, definido como órgão componente da primeira estruturação pública para o setor turístico.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaboração do Plano Nacional de Turismo (Plantur), reconhecido como ferramenta básica da Política Nacional de Turismo, segundo Resolução nº 71, de 10 de abril de 1969.</li> </ul>
<p>1970</p> <p>DIAS, 2003 BARRETO, 1991 BENI, 2006</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundo Geral de Turismo (Fungetur), considerado o primeiro plano governamental de caráter econômico do turismo, que tinha como objetivo “financiar o desenvolvimento da atividade turística no País, sendo administrado pela Embratur. Como ações complementares desse plano, sugeriram: Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e o Fundo Setorial (Fiset), todos sob a jurisdição do Decreto-Lei nº 1.376, de 1976.</li> <li>✓ Zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, respaldadas pelo Decreto nº 71.791, de 1973, que definia a prestação de serviços específicos do setor turístico das agências de transporte, sob a Resolução nº 641 do CNTur, e a Portaria lançada pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), autorizando os Voos de Turismo Doméstico (VTD), posteriormente substituídas pelos planos Brasil Turístico Individual (BTI) e Brasil Turístico em Grupo (BTG), com redução das tarifas.</li> <li>✓ Decreto-Lei nº 4.485, o turismo recebeu estímulos referentes ao setor estrangeiro e, em 1977, regulamentaram-se as excursões intrínsecas ao Programa Turismo Doméstico Rodoviário (TDR). Apresentado na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo em que constam as políticas de proteção ao patrimônio natural, divulgação e promoção cultural, incentivo ao turismo interno, estímulo ao turismo internacional, recursos humanos, apoio às agências de viagem, à hotelaria e, por fim, apoio à entrada de divisas.</li> </ul>
<p>1980</p> <p>BENI, 2006 BARRETO, 1991</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Política do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), fixado no artigo 25 da Constituição.</li> <li>✓ 1986, criou-se o Passaporte Brasil, objetivando a promoção do turismo interno ao mesmo tempo em que se estimulava a construção de albergues da juventude; além disso, instituiu-se, em 1989, o chamado “dólar turismo”, oficializando a balança comercial do setor turístico.</li> </ul>
<p>1990</p> <p>DIAS, 2003 CARVALHO, 2000 MINISTÉRIO DO TURISMO, 2002</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Embratur passou a ter uma nova denominação — Instituto Brasileiro de Turismo —, sendo considerada como uma autarquia e tendo como finalidade “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.</li> <li>✓ O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa consolidou-se entre dezembro de 1994 e abril de 1998.</li> <li>✓ Avança Brasil (Fernando Henrique Cardoso), tinha como premissa estabelecer parcerias entre o setor público e o privado, com estados e municípios.</li> <li>✓ Documento da Política Nacional de Turismo, o qual se refere às diretrizes e programas objetivados de 1996 a 1999, e envolve programa como: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), o PNMT, o Programa Nacional de Ecoturismo, incluindo o Programa de Formação Profissional no</li> </ul>



	Setor Turístico (Proecotur) e o Plano Anual de Publicidade e Promoção.
2000 DIAS, 2003.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação do Ministério do Turismo (2003) composto pela Embratur, Secretaria de Políticas de Turismo e Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo.</li> <li>✓ Surge o Plano Nacional de Turismo (PNT) — diretrizes, metas e programas lançados para os anos de 2003 a 2007. E depois a sua segunda fase de 2007 a 2010, tendo como objetivo uma viagem de inclusão.</li> <li>✓ Plano Aquarela — Marketing Turístico Internacional do Brasil — visando ao crescimento do turismo brasileiro mundialmente, no período de 2003 a 2006. E para a promoção nacional surge o Plano Cores do Brasil.</li> </ul>

Fonte: Dados adaptados pelo autor (2018).

Em 1995, o turismo no Nordeste começou a receber importantes investimentos, quando o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) passou a beneficiar a infraestrutura da Região, ajudando o marketing local e atraindo o capital privado para essa área. Esse programa Federal segue o modelo mundial defendido pela ortodoxia do pensamento econômica, em que a dinamização econômica acarretaria no aumento do bem-estar da sociedade em geral (ALMEIDA, H.; CORIOLANO, 2008).

Analisando a distribuição dos recursos financeiros na primeira fase do PRODETUR/NE que se concluiu no ano de 2005, apesar do reconhecimento de uma relativa homogeneização nas alocações estaduais desse fator econômico, percebe-se que a busca da diminuição das diferenças econômicas espaciais extremas é ignorada.

O PRODETUR/NE segue a lógica do sistema capitalista, pois alocou mais de um quarto dos recursos financeiros no Estado que apresenta (ou) o maior PIB do Nordeste (Bahia). Proporcionalmente esse Estado recebeu mais incentivos financeiros do que sua contribuição na formação do produto regional, contribuindo para, no mínimo, a permanência da heterogeneidade entre esse e o Estado que menos gera (ou) produto econômico na Região (Piauí). Este último foi o menos beneficiado com os recursos do PRODETUR, obtendo, proporcionalmente, menos incentivos financeiros do que sua participação na formação do PIB regional.

A região Nordeste apresenta-se, segundo o Ministério do Turismo (2006), como a mais promissora para ampliação de investimentos, com 38 por cento, seguida do Norte com 27 por cento, ambas acumulando 56 por cento. Seguem Sul, (13,3%) Centro Oeste (11,7%) e Sudeste (10,0%). Isso justifica a implantação da maioria dos *resorts* do país, no Nordeste, assim como a política de especulação imobiliária no litoral, e a necessidade de abrigar turistas em

espaços mais protegidos e distantes das contradições sociais (ALMEIDA; CORIOLANO, 2008, p.7).

Em suas conclusões, a mesma publicação mostra que os capitais investimentos são alocados em litorais pouco habitados, envolvendo-se o mínimo com o local, contratando mão de obra barata e o abastecimento material dos hotéis não é feito pelo comércio local. Nesse processo verifica-se a expropriação das terras por parte dos nativos para serem construídas estruturas para o turismo. Com essa visão, Almeida e Coriolano (2008) defendem que há necessidade de uma maior participação do Estado na fiscalização e condução dos empreendimentos privados, levando em consideração os impactos ambientais e os custos sociais acarretados pela alocação de recursos públicos na dotação de infraestrutura para o benefício privado.

Dantas (2007) mostrou os contrapontos ao sucesso econômico da prática do turismo; o primeiro seria o não reconhecimento do nativo a essa nova visão do espaço; outro foi o abandono, por parte dos grandes beneficiados dessa atividade, da dimensão cultural e histórica da região, e por último, a expulsão do nativo das costas marítimas para o crescimento da área turística.

Como alternativa, Almeida e Coriolano (2008) mostram que, nos anos 2000, novos modelos de turismo começam a despontar, novos produtos, novos roteiros, passam a participar desse mercado. De acordo com os autores, o turismo chegou a lugares não relevantes anteriormente, inventando o turismo a um menor custo e mais envolvido com o social. Para eles, o Nordeste necessita desse tipo de turismo, que beneficie os pequenos empreendimentos, as comunidades, as culturas locais e combatendo a desigualdade social.

### **3.4.2 Políticas públicas de turismo em Sergipe**

O Plano Nacional de Turismo (PNT) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), são reconhecidos como o mais significativo para região Nordeste (CALVANTI; HORA, 2002; ARAÚJO, 2012). Pois o governo federal mostrou a opção pelo turismo e estimulou os setores da atividade econômica regional, dando um efeito multiplicador.

Para Cruz (1999), as políticas públicas para o turismo são percebidas pelo conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, com objetivo geral de alcançar ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Até a década de 90, o turismo não teve significativo crescimento e foi marcado pelo amadorismo e improvisação. Apesar de contar com o projeto nacional de Programa Nacional

de Municipalização do Turismo (PNMT). Deste modo e com base descrito, neste trabalho, sobre o caminhar das políticas públicas, é possível entender as novas expectativas sobre o turismo. Com isso, a região Nordeste, foi determinada como prioritária para os investimentos governamentais (PAIVA, 2010).

De acordo com Almeida (2012), em 1970, foi criada em Sergipe a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), que entrou em processo de extinção conforme lei nº5.417, de 2004, sendo reativada em 2008, com propósito de promover o destino turístico Sergipe, com apoio a comercialização, qualificação e capacitação do setor. Ainda segundo Almeida (2012), ao longo dos anos de retomada das ações, a EMSETUR realizou pesquisa de perfil e demanda turística do destino Sergipe para mensurar as campanhas de promoção, acompanhou a evolução dos indicadores de crescimento do setor, aumentou as ações de comercialização com o setor privado, elevou a participação do destino no *ranking* das principais operadoras de turismo e melhorou a qualificação dos profissionais envolvidos com os serviços turísticos.

Para Santos (2013) mesmo com a preocupação de incluir os atores sociais no processo de discussão (membros consultivos) na experiência de Sergipe, a participação da sociedade civil na área de turismo é representada pelas instituições, como Universidades/ Instituto de Tecnologia, empresários do setor e poder público, sem efetivamente envolver os agentes locais. Ela ainda ressalta que os gestores municipais (prefeitos e/ou secretários) até tem assento no também no referido Conselho, entretanto, em número reduzido que não contempla de forma ampla os interesses da comunidade local.

Quando se ressalta a aplicabilidade dessas políticas públicas, Almeida (2012) aponta a descontinuidade das ações programa e projetos, pois o mesmo diz que na institucionalização do turismo em Sergipe há ausência de priorizar o turismo, uma vez que extingue a pasta ou incorpora em outra a Secretária de Turismo. Sendo que esta postura tira a credibilidade da ação pública perante as lideranças de classe do setor privado, representantes do terceiro setor e sociedade civil em geral, e como consequência tem a descontinuidade das ações de programas e projetos.

Os investimentos em infraestrutura turística se expandiram em Sergipe, na década de noventa, com recursos do Estado, Governo Federal e de Agências Multilaterais Internacionais (SANTOS, 2013). Ainda de acordo com Santos (2013, p.163) é importante salientar que tais investimentos tinham perspectiva de retorno através do sistema de mercado, com ausência de ações estratégicas de insumos para o turismo, por parte do poder público e privado, para atraírem efetivamente uma demanda turística.

Nessa conjuntura:

Instala-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) (2001-2005), que objetivava a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação, intersetorial e interinstitucional nas decisões. (SANTOS, 2013, p.164)

Esse contexto trazia a possibilidade de uma segunda fase de investimentos e intervenções turísticas, que seriam derivados do Prodetur–Sergipe II. Mesmo entre as divergências ocorridas entre o diretor-presidente da Emsetur, o qual dizia que o Estado não tinha condições de receber recursos externos e o ex-coordenador da Unidade Executora do Prodetur- SE (1999-2003) havia deixado tudo pronto, porém os problemas foram as mudanças políticas.

Desacordos à parte, o fato é que o Prodetur–Sergipe I cumpriu o que fora estabelecido no que se refere à infraestrutura turística. As ações contemplaram: a malha viária, as condições urbanas, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário de Aracaju e ao abastecimento de água nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, conclusão das rodovias ao sul do Estado e ampliação do Aeroporto de Aracaju (SANTOS, 2013, p. 165). Cabe à Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) a formulação da política estadual de turismo compatibilizada à política nacional, interlocução com o Ministério do Turismo para o desenvolvimento dos diversos programas e projetos e a coordenação do PRODETUR (ALMEIDA, 2012, p.48,).

Ainda segundo o autor, entre as competências da secretaria estão o fortalecimento do Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), a execução de diversos projetos e estudos de turismo, e as negociações com o BID para o financiamento do PRODETUR e a captação de recursos para investimentos públicos. O Polo Costa dos Coqueirais, ao qual é a aérea deste estudo, representa pioneirismo da governança regional, pela capacidade de representação do seu conselho de turismo, pela construção de plano regional, e pela sua resistência em seis anos de funcionamento com importantes resultados para o fortalecimento do setor.

Para Santos (2013) os resultados foram, inegavelmente, no que se diz respeito à expansão do turismo do Estado. No entanto, esses investimentos e o próprio desenvolvimento da atividade turística não trouxeram resultados significativos em relação à melhoria das condições de vida das comunidades locais. Desta forma, os dados produzidos e informados na revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em 2005, com vista a atender a segunda fase do Prodetur-SE, que não saiu do papel, contaram não só com

a participação de uma consultoria contratada pelo governo do Estado, mas principalmente com segmentos das áreas do turismo (SANTOS, 2013, p.175).

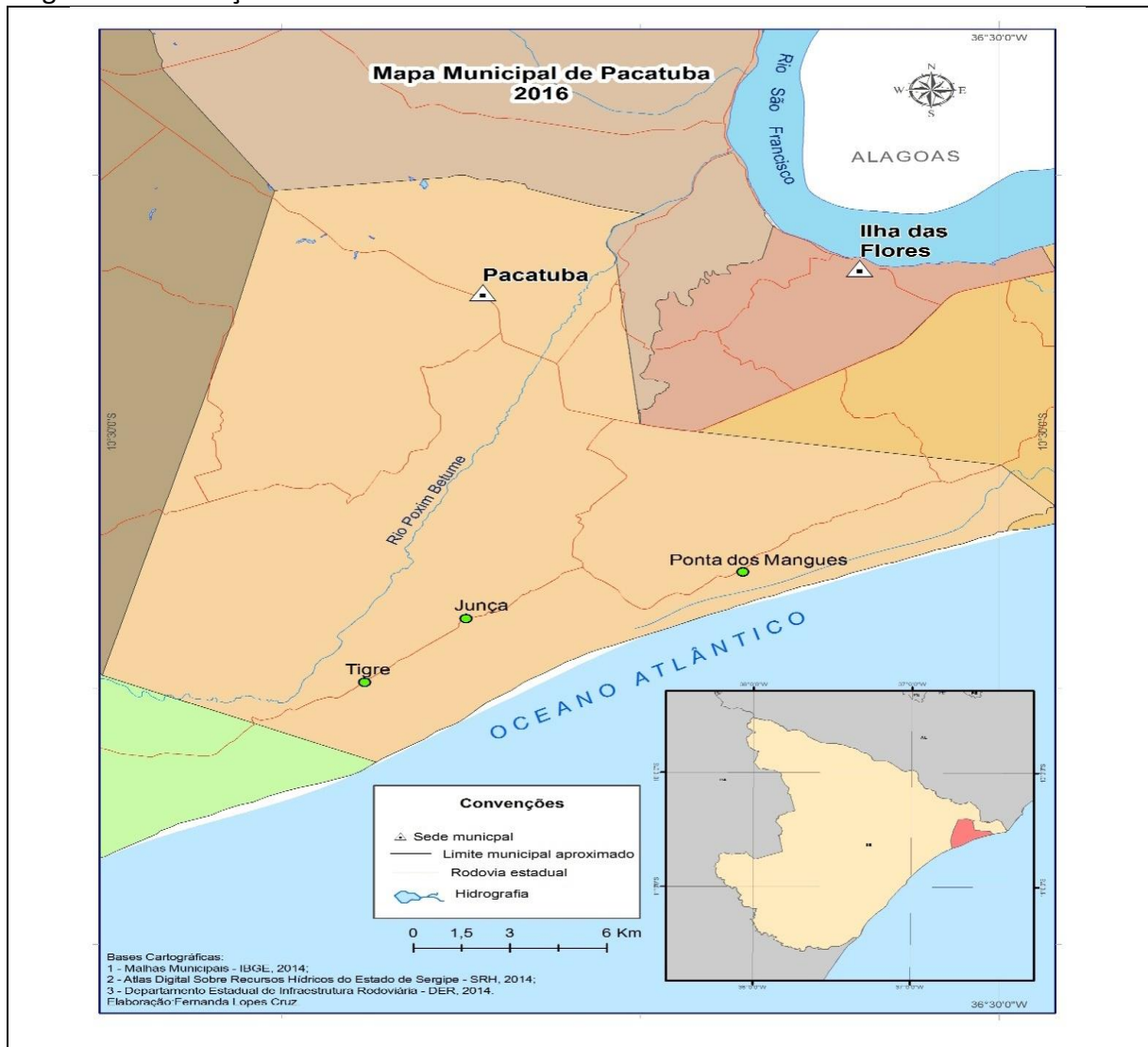
Segundo Almeida (2012), na época, o papel do conselho do Polo carecia de revisão e atualização para o novo cenário institucional, no qual existe uma secretaria, uma empresa e um Fórum Estadual, cabendo-lhe restringir sua atuação à região e, não mais responder pela totalidade da política estadual de turismo como foi no seu passado. Essa revisão necessita contemplar novas etapas de mobilização, identificação de lideranças regionais, alteração do seu regulamento, revisão do PDTIS regional, diagnóstico, estratégia e plano de ações, para finalmente, se estabelecer como governança regional representativa (ALMEIDA, 2013, p. 49)

## 4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

### 4.1 Área em Estudo

Com o território de aproximadamente 373,816 km<sup>2</sup>, o município de Pacatuba está localizado na porção nordeste de Sergipe (figura 4), faz divisa com os municípios de Japoatã a oeste; Neópolis e Ilha das Flores ao norte; Brejo Grande a nordeste; Pirambu ao sul; e na sua parte leste, é banhado pelo oceano Atlântico (BRASIL, IBGE, 2010). A sede do município está localizada a aproximadamente 87m acima do nível do mar, permitindo uma visão privilegiada de toda Planície Costeira. Está a 123 km da capital, tendo acesso pelas rodovias BR-235, BR-101, SE-335, SE-204, e em breve, através da SE-100 Norte.

Figura 4. Localização da área em estudo



Fonte: SERGIPE, Atlas Digital sobre Recursos Hídricos, SRH (2014).

Elaboração: Cruz (2014).

Com uma população de 14.164 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017), o referido município tem seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,58, que pode ser considerado como baixo, renda domiciliar *per capita* no valor de R\$ 195,47 e representa somente 0,46% do PIB de Sergipe (FRANÇA; CRUZ, 2013). Sua economia é baseada na agricultura, comércio e serviços, e na produção de cimento, atualmente em declínio. (SERGIPE, 2014).

Apresenta uma diversidade de ambientes influenciada pelo clima sub-úmido a seco, que associados ao relevo e tipo de solo contribuem com a variedade paisagística, sobretudo no litoral do município. Quanto ao relevo apresenta que na porção oeste, ele é constituído por Tabuleiros Costeiros pertencentes à formação barreiras, o qual apresenta uma feição intercalada entre tabuleiros dissecados de topos arredondados e superfícies tabulares de topos horizontal ou sub-horizontal com altitudes acima de 100m (LIMA, et al, 2016).

Ainda sobre sua forma de relevo, a Planície Costeira vem se apresentar no contato direto com o Tabuleiro Costeiro na parte leste do município em direção ao oceano. Em Pacatuba a Planície Costeira apresenta grande expressividade e extensão em decorrência da dinâmica fluvial do rio São Francisco em consonância com as correntes marítimas do Nordeste. “Os domínios ambientais – terraços marinhos, cordões litorâneos, dunas costeiras e estuários – refletem as influências dos processos de origem marinha, eólica e fluviomarinha” (França e Cruz, 2013, p.69).

Segundo França e Cruz (2013, p.71) a superfície tabular está mais bem caracterizada nos municípios de Neópolis, Japoatã e Pacatuba, sendo utilizada com plantações de coco-da-baía e pastagem. Apresenta altitudes entre 200m e 160m, sendo mais incisivos os efeitos de erosão linear de suas vertentes”.

Em Pacatuba, mais especificamente, nas localidades objetos deste estudo, é facilmente identificado o rio Poxim-Betume fazendo composição à paisagem local, destacando-se no cenário do município, pois sendo o principal curso d’água da área, é um ambiente propulsor da economia das populações ao seu entorno.

Conforme explica França e Cruz (2013, p23),

[...] O rio Poxim-Betume faz parte da bacia do rio São Francisco, sendo o último rio de expressividade que deságua em seu leito. Nasce entre os municípios de Malhada dos Bois e Muribeca chamado de Poxim, descendo no sentido NW-SE até encontrar o rio do Brito, entre Pirambu e Japoatã. Neste momento passa a se chamar Rio Betume ou Poxim – Betume, que devido à elevada dinâmica costeira da região, o impede de romper os campos dunares e cordões litorâneos, obrigando-o a dar uma guinada de 90° para a esquerda e a seguir o seu trajeto em paralelo ao mar, na direção SW-NE,

até desaguar no rio São Francisco. É no momento do encontro do rio Poxim com o do Brito, que o Pantanal de Pacatuba se descortina na paisagem.

A figura 5 demonstra a descrição, a seguir:

Figura 5. Encontro do rio Poxim com o Rio do Brito



Elaboração: Autor (2016).

Segundo Lima et al, (2016, p.26), o Pantanal de Pacatuba descortina-se com “potencialidades ambientais advindas da sua estrutura”. Eles afirmam: “[...] mais de 90% da sua extensão situa-se sobre um domínio hidrogeológico granular formando um aquífero do tipo poroso com potencial médio a alto. Nos depósitos fluvio-lagunares desenvolveu-se o “pantanal” de Pacatuba, que abriga uma fauna e flora peculiar no estado de Sergipe”.

No que se refere à flora, a cobertura vegetal primitiva do município de Pacatuba era constituída por Restinga, Manguezal, Mata Atlântica e Cerrado, que foram progressivamente devastadas para a ocupação e usos diversos. Encontram-se ainda os manguezais, figura 6, que estão presentes próximos aos estuários de rios compostos por solos lodosos em meio a águas salobras que dão condições ao desenvolvimento de espécies mangues e uma fauna rica, com destaque ao caranguejo uçá, guaiamum, aratu, siri e mariscos, principalmente as ostras cultivadas na comunidade de Ponta dos Mangues.



Figura 6. Manguezal de Ponta dos Mangues



Elaboração: Autor (2016).

Dentre estas quatro formações vegetais existentes em Pacatuba, a restinga é a que se encontra em melhor estado de preservação em decorrência da Reserva Biológica de Santa Izabel, uma Unidade de Conservação-UC implantada no final da década de 1980 que tem por objetivo conservar os ambientes terrestres e marinhos que abrigam as tartarugas marinhas. Por causa desta UC, o litoral norte de Sergipe, a partir do município de Pirambu, apresenta-se em estado primitivo, sem ocupações e edificações que comprometem a suas características, a exemplo da sua fauna e flora.

Na faixa litorânea, por causa da sua salinidade, incidência de ventos e tipo de solo arenoso, a restinga reveste as dunas com espécies perenifólias e xeromorfas, sendo encontradas: bredo, feijão da praia, salsa da praia, cipó, jundu ou junco, aroeira e taboa (FRANÇA E CRUZ, 2013, p.97). Os cipós, o junco e a taboa são matérias primas utilizadas na confecção do artesanato típico da região, principalmente cestos e esteiras, que são comercializados nos centros comunitários dos povoados, feiras e em espaços de comercialização da capital, em Aracaju. A figura 7 traz uma mostra da singularidade do lugar.

Figura 7. Lagoa de Taboas



Elaboração: Autor (2016).

Ressalta-se, que a partir da intervenção de uma assessoria empresarial, realizada pelo SEBRAE/SE, os produtos ganharam um novo conceito e *design*, tendo os seus valores agregados, pois foi ampliando o leque de produtos confeccionados a partir destas espécies vegetais, direcionados para o mercado de acessórios femininos e elementos decorativos de casas e ambientes.

#### **4.2 O Litoral de Pacatuba e o seu Processo de Desenvolvimento Turístico**

Para atender este item faz-se necessário trazer a percepção e o interesse dos gestores públicos, empresários e lideranças das comunidades estudadas, e sua importância no desenvolvimento socioeconômico do município.

Conforme anunciado na metodologia, foram identificados para responder aos questionários 06 (seis) gestores públicos em seus períodos consecutivos e um mais recente na administração. Três empresários que são também nativos e líderes locais. Esse recurso foi para complementar as informações ocorridas nas oficinas de Diagnóstico Participativo Local, as quais trouxeram um conjunto de elementos que responde os objetivos desta pesquisa. Estas

foram decisivas para compor essa análise, num total de 31 participantes. Essa escolha respalda-se numa amostra não probabilística por conveniência a grupos estratégicos.

Na avaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo em Pacatuba, e responde a um dos objetivos deste estudo. Faz-se um percurso pela cronologia dos gestores públicos e suas ações de fomento, nos últimos dezoito anos. Estes dados ora demonstram esforços e ora descaso com a “coisa pública” no desenvolvimento e melhoria das condições da população.

Os primeiros registros de fomento para o turismo na localidade datam da primeira gestão do prefeito A<sup>3</sup>, agosto 1997 a dezembro de 2000. Nesse período, foi realizada a divulgação da região, em parceria com a prefeitura de Brejo Grande, como mostra a figura 8.

Figura 8. Folder de divulgação dos municípios de Pacatuba e Brejo Grande



Fonte: SERGIPE. Prefeituras de Pacatuba e Brejo Grande (2000).

<sup>3</sup> Considerando as letras A, B e C, correspondem aos nomes dos prefeitos a época e o momento presente, com o intuito de preservar a identidade dos mesmos.

A frente do *folder* ressalta a culinária (crustáceos e peixe), o rio São Francisco e o nascer do sol com destaque para o *slogan* “Pedaço do Paraíso”. No verso, há o destaque para as praias, os coqueiros e a extração do coco pela comunidade local. Turismo e Economia relacionados às tradições e recursos naturais locais.

Nesse mesmo período, o município de Pacatuba foi cenário de estudo do grupo Espaço Ciência, órgão de divulgação científica do Governo de Pernambuco, em parceria com estudiosos de outras instituições pernambucanas, dentre elas a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), fazendo um levantamento das características ambientais do lugar.

Durante esse período de pesquisa realizado pela UFPE sobressaiu-se informação de que região possuía características do pantanal da região centro-oeste, como noticiou um veículo de comunicação pernambucano naquela época:

O local abriga manguezais, lagoas, dunas e restingas. A fauna é abundante, com a presença de pelo menos 86 espécies diferentes de aves, algumas típicas do Pantanal Mato-grossense, além de jacarés, lontras e capivaras. A flora destaca-se pela vegetação tanto de áreas litorâneas quanto pantaneiras (JC, 2000, s/p).

Desse modo, a região ficou conhecida como Pantanal de Pacatuba e assim ganhou visibilidade na imprensa local e nacional, despertando a curiosidade das pessoas que desejavam visitar aquele espaço.

A gestão seguinte da prefeita B, janeiro de 2001 a dezembro de 2004, apoiou as festas juninas e os padroeiros da matriz e povoados. O prefeito A, retorna com o segundo mandato, janeiro de 2005 a dezembro de 2009. Nesse período, manteve a divulgação dos atrativos naturais da localidade, porém sem criar ou melhorar a estrutura turística existente.

Nessas idas e vindas, ou troca de poderes, em 2009, a prefeita B volta para delegar, pela segunda vez, o município. Na ocasião, surgiu o interesse em políticas públicas voltadas especificamente para o turismo, pois na época havia especulações sobre os investimentos do PRODETUR para a região. O então secretário de turismo, aquela época, tentou arrecadar recursos para construções de uma orla na praia do povoado Boca da Barra, mas devido à ausência de um projeto, a obra não saiu do papel.

Em 2013, o prefeito C assume a governança do município e através da Secretária Municipal do Turismo e traça ações para sua gestão (2013-2019), assim elencadas:

- i. Planejamento anual, das atividades relacionadas do Turismo, Esporte e lazer do Município;
- ii. Organização e acompanhamento dos eventos festivos, poliesportivo e de lazer;

- iii. Administração de quadras esportivas, equipamentos e outros logradouros públicos aliados a sua atividade;
- iv. Coordenação e apoio nos eventos de integração realizados com os demais setores da Administração Municipal e Intermunicipais;
- v. Elaboração e divulgação do cronograma de feriados e eventos festivos do município;
- vi. Realização de contatos com a iniciativa privada e demais órgãos públicos, objetivando incentivos, patrocínios e parcerias, para divulgação do potencial turístico do município;
- vii. Organizar e executar eventos festivos de caráter popular;
- viii. Criar e manter museus, bibliotecas, arquivo e casas de cultura;
- ix. Proteger o Patrimônio Cultural, artístico, histórico e natural do município;
- x. Incentivar e proteger o artista local.

Para o atual prefeito, em sua fala, pediu para que a entrevista fosse direcionada ao Secretário de Turismo. E este responde sobre a Política Municipal de Turismo, entre outras questões estratégicas contidas no Apêndice C. Segundo ele, não existe um programa de políticas públicas para o turismo. O que há é uma tentativa de projeto que será lançado junto com o Plano Diretor do Município, que contempla o turismo. Porém, ainda, não está tramitando na câmara municipal. Segundo ele, as ações da secretaria estão voltadas apenas para eventos culturais, como a festa de São João e do padroeiro São Félix de Cantalício, comemorada no dia vinte de novembro. Em 2017, no âmbito do PRODETUR, o município foi contemplado com dois cursos: cozinheiro básico e de informações turísticas. Essas iniciativas integram o Plano Estrutural de Gerenciamentos Costeiros, sendo os cursos administrados pelo Serviço Nacional de Apoio ao Comércio-SENAC.

Sem uma formação específica na área turística, com idade em torno dos 40 anos, oriundo de Aquidabã, mas residente em Pacatuba há mais de vinte anos, o secretário de turismo anunciou que, junto com o prefeito, estão analisando projetos que beneficiem a “região”. Dentre esses projetos apontou dois importantes: a sinalização e a infraestrutura do município. Nessa entrevista, quando questionado sobre a expectativa da SE-100 Norte, o gestor reconheceu que o município precisa se desenvolver para o turismo. Porém, de forma sustentável e dentro do Plano de Manejo, no qual se busca construir sem degradar, uma vez que o local está dentro da aérea da Reserva Biológica de Santa Isabel (REBIO).<sup>4</sup> Para o secretário, a fruição do espaço perpassa pelo uso consciente dos recursos e preservação do ambiente.

---

<sup>4</sup> Um tipo de autarquia inserida no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A Reserva Santa Isabel foi criada pelo Decreto 96.999 em 20 de outubro de 1988, e está situada em Sergipe, abrangendo os municípios de Pirambu e Pacatuba (Encarte Institucional do ICMBIO/MMA).

De acordo com a REBIO, o turismo nessa aérea só será permitido para uso educativo. Com isso a importância de trabalhar a sensibilização da comunidade para garantir os recursos naturais, já que o acesso à praia é motivo de reclamação pelos visitantes e, principalmente, moradores, ao se enxergarem cerceados na livre circulação de um espaço que lhes pertence.

Quanto à possibilidade de implantação do Turismo de Base Comunitária, na visão do secretário, “é uma saída como forma de desenvolver o lugar através dessas pessoas que tanto necessitam”, pois enaltece a culinária e a cultura local. E que o turismo seja mais uma fonte de renda para eles, como artesanato, culinária, a praia e as belezas naturais que a região tem. Ele também se lembrou do projeto Tainha, elaborado e conduzido pela Bióloga Thatiane Santos, que tanto deu certo e numa perspectiva de transformá-lo em TBC.

Ainda de acordo com o secretário, a ausência de um profissional da aérea de turismo, com conhecimento de causa, é um dos impeditivos para o desenvolvimento turístico local. Uma vez que uma visão técnica pode oferecer um olhar mais apurado sobre o assunto e desse modo inserir o turismo na ambiência do planejamento e da participação.

O Secretário Adjunto da Agricultura Municipal, também é empresário, líder local e nativo do povoado Tigre, brinda com essa discussão, acerca das mesmas questões. Acredita na singularidade dos atrativos naturais, até porque a localidade tem potencial e é pouco explorada. No entanto, constata a falta de saneamento básico e acesso a “região”. Conhece o modelo de TBC, pois participou de um curso em 2014.

No olhar do empresariado local, a proprietária da pousada “Litoral Norte” diz que está no mercado há 10 anos, possui dois funcionários fixos e, quando em alta temporada, este número passa a 12 (doze) colaboradores e quanto ao perfil que frequenta seu estabelecimento, a maioria é de Aracaju e São Paulo, Alemanha, Suíça e Holanda. Não conhece o modelo de Tbc e a preocupação dela é com a infraestrutura, especialmente no que se refere ao acesso.

Para o empresário, proprietário de restaurante e pousada no povoado Junça, há 17 (dezessete) e 10 (dez) anos, respectivamente, a mão-de-obra é familiar e recebe pessoas de todo o Estado de Sergipe e outros Estados. Interessante destacar que a população local prestigia o empreendimento nos finais de semana. Não conhece o modelo de TBC e sua expectativa é que a pavimentação da SE-100NE seja concluída e com isso mais visitantes. Essa perspectiva apontada por ele traz entusiasmo para ampliar a quantidade de dormitórios da pousada e do seu restaurante.

O funcionário, agente administrativo da Escola Municipal “Manoel Bispo dos Santos” e morador do povoado de Ponta dos Mangues, acredita no potencial do lugar para o turismo, pois aponta o mangue, lagoas, dunas, praia e a gastronomia como caranguejo, ostras, entre

outros. Ele ressalta ainda o sossego do local. Conhece o modelo de TBC, através do Projeto Tainha e esse conhecimento trouxe a oportunidade criar o meio de hospedagem “Cama e Café”, em sua própria residência a preço módico e/ou sugestivo. Contribui também com indicações estratégicas aos gestores públicos, são eles: (i) melhorar a estrada; (ii) assistência médica; (iii) coleta do lixo mais assídua e que as pessoas sejam conscientes no trato desses resíduos e (iv) transporte. Quanto à expectativa da construção em curso da rodovia SE-100 Norte, ele acredita que aumentará o número de visitantes e terá um maior acesso a capital sergipana.

#### **4.3 Turismo de Base Comunitária como alternativa de desenvolvimento local nos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues**

As comunidades dos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues se caracterizam por seus hábitos de vida simples com forte ligação comunitária e grande envolvimento com os recursos naturais das localidades que em alguns casos determinam as relações socioeconômicas desses lugares. As relações comunitárias são fortalecidas a partir de encontros familiares realizados aos finais de semana, já que durante a semana a maioria desenvolve suas atividades laborais. Outros costumes locais observados foram os passeios de barcos e o banho de rio e mar.

Além disso, outros eventos comunitários são de grande importância para a integração da população local, dentre eles, a realização da festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, o Festival Maré Lança e o Culturart, encontro de capoeiristas, exposição de artesanato e venda de joias artesanais.

No que se refere à percepção da comunidade a respeito das potencialidades que podem servir como atributos para a utilização na atividade turística no segmento de base comunitária, os participantes da comunidade apresentaram um amplo conhecimento desses elementos e domínio territorial das respectivas localidades.

A realização das oficinas com entrevistas e atividades participativas junto à comunidade possibilitou a reunião e análise de dados sobre o cotidiano de seus moradores relacionados às potencialidades do desenvolvimento do TBC nessa região.

Com o uso da metodologia de DRP, na realização de oficinas participativas, foi possível traçar um panorama indicativo que pudesse elucidar a primeira indagação da pesquisa a respeito das atividades econômicas que poderiam servir de suporte para a geração de renda aos povoados Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, em Pacatuba, Sergipe.

Os resultados do trabalho de campo passam a ser evidenciados a partir das falas das lideranças locais do **povoado Ponta dos Mangues**, destacam-se os depoimentos:

Segundo o relato do bisneto de quem fundou o povoado, Manoel Riculano, “o turismo é uma forma de oportunidade tanto para comunidade como para qualquer outra comunidade ribeirinha e porque não trabalhar isso?” Ressalta que Pacatuba tem muita história. “O que acontece em Ponta dos Mangues e Boca da Barra? É medo de vim um turismo desgovernado” (G. P. S., 17/08/2017). Assim o reafirma:

[...] O *resort* é em Boca da Barra e para trabalhar lá tem que ter vários cursos e aí vai vim gente de fora, pegando nosso lugar. O maior medo é porque a comunidade não gosta de reunião, e nós temos muitas riquezas. O aumento da violência vem crescendo cada vez mais. O medo é não chegar na Croinha – Praia. Ponta dos mangues é um gigante adormecido, é rico, mas esquecido. Ponta dos mangues precisa de posto médico, precisa de praça, escolas já que hoje não possui licença do Mec. Aqui não tem um líder comunitário, até porque o povo não dá valor (G. P. S., 17/08/2017).

Há dezessete anos a moradora reside no mesmo povoado, registra ela: “[...] É difícil colocar ideias e em ponta dos mangues não tem união”. Ela explica que se perdeu oportunidade de crescimento com os projetos propostos pela Petrobras/Ibama e acusa a própria comunidade de desvio desses recursos. A exemplo, da fábrica de gelo que teve um problema de administração e a comunidade passou a não confiar nos próprios moradores. Falou ainda sobre política e informou que a candidata (prefeita B), “não pensou no bem da comunidade, e nunca fizeram nada por nós” (J. B., 17/08/2017).

Há 11 anos moro em Ponta dos Mangues e a “decisão política do Ibama retirou pescadores com suas casinhas e moradores de Aracaju que tinham casas de veraneio na beira da praia”. Isso em decorrência de uma área de reserva biológica e eles, os funcionários, tinham controle das desovas de tartarugas (R. A. dos S., 17/08/2017).

Continua ela em sua fala: “[...] Os pescadores também não se unem. Os pescadores voltaram para área e agora deixam seus materiais de trabalho na beira do rio. Nunca existiu conversa com o Ibama e a comunidade. Nunca realizaram cursos e nem diálogos com a comunidade” (R. A. dos S., 17/08/2017).

Ainda, acrescentam: são artesãs do Projeto Tamar, que o turismo é uma oportunidade, - Pacatuba tem várias histórias, Inspirações para o cordel, preservação da pesca, rio, coco e ameaça externa (J. B.; R. A. dos S., 17/08/2017).

No quesito, “o que a comunidade trouxe de benefícios para você”, eles respondem:

- (i) O laço de amizade, “não quer ir embora, gosta de estudar”;
- (ii) Terminar os estudos aqui, ela sonha em ir fazer um curso, ser policial, fora e depois voltar. Ela gosta do mar. Mora perto e faz bem.
- (iii) Aqui tem paisagem, é bom;



- (iv) Gosta de tranquilidade;
- (v) Adoro este lugar, porque a família mora aqui e são artesãs e pescadores.
- (vi) Sou apaixonada por Ponta dos Mangues! Sempre quis morar aqui. Nas férias sempre passava de ano para ir para Ponta dos Mangues. Apaixonada pela praia, o acolhimento do povo;
- (vii) Nasci aqui, mas eu quero um futuro melhor para os meus filhos. Aqui já foi muito bom na pescaria. É um lugar lindo, por causa da natureza;
- (viii) Traz tranquilidade, pela beleza, pelas paisagens. Tenho vontade de conhecer outros lugares, mas sempre voltando para Ponta dos Mangues, nunca esquecer as raízes. Nunca deixar que as pessoas de fora se apossam do que é nosso;
- (ix) Não tem mulher no mundo que me tire daqui. Gosto muito dessa terra. Eu faço cordel e as paisagens me inspiram! O modo de vida das pessoas, a pesca, o peixe o camarão me encanta. E só de não ter poluição de rede de esgotos nos rios e o mar é maravilhoso. Recitou uma poesia!

Figura 9. Oficina Participativa. A. Acolhida. B. Sistematização dos Atrativos. C. Resultado da Sistematização.



Fonte: Autor (2017).

A comunidade Ponta dos Mangues apresenta inúmeros elementos que são elencados, sobretudo com destaque para os elementos da paisagem, da cultura e da infraestrutura turística, conforme o quadro 4.

Quadro 4. Percepção dos atrativos sob o olhar da comunidade de Ponta dos Mangues

Elementos Naturais	Elementos Culturais	Infraestrutura Turística
Rio Manguezal Mariscos Mangaba, Manga, Coco, Cambuí, Caju Dunas Coqueiros Praia Peixes (Pescada, tinga, curimã, arenga, tainha, robalo, cação, lombo azul, barbudo, aranha)	A pescaria A Igreja Nossa Senhora da Conceição Grupo de Reisado Mirim Festival Maré Lança <sup>5</sup> Capoeira Bordados Comidas típicas ribeirinha de Ponta dos Mangues - peixes fritos e moquecas de peixes, crustáceos, quebrado de aratu, omelete de sururu.	02 casas de Cama e café 01 Escola de Ensino Fundamental “Manoel Bispo Santos”. 01 Restaurante, Maré Lança 01 Posto de saúde SE-100 Norte BR-101, SE-335 e SE-204 (outra opção de acesso)

Elaboração: Autor (2017).

O quadro acima traz os elementos naturais de Ponta dos Mangues como Rio, Manguezal, Mangaba, Manga, Coco, Cambuí, Caju, Coqueiros e Peixes às atividades econômicas da pesca e da gastronomia ribeirinha, que poderiam ser fortalecidas pelo desenvolvimento do TBC. Já as questões culturais aparecem relacionadas aos grupos tradicionais como o Reisado e aos artesãos dos bordados, atividades e negócios que exercem a função de salvaguarda do patrimônio e ao mesmo tempo capitalizam os atrativos turísticos. A infraestrutura de educação e saúde na localidade funciona de forma básica, a Escola Municipal Manoel Bispo Santos, que atende do maternal ao quinto ano do ensino fundamental, e o posto de saúde, o qual só tem médico dia de segunda-feira e de terça-feira a sexta-feira apenas com atendimento para aplicação de injeções, curativos e fazer chamadas telefônicas para sede do município para pedidos de transportes em casos de urgência e emergência.

<sup>5</sup> O Festival Maré Lança, significa o mar e o rio pronto para pesca, quando está em período de fartura. No último festival colocaram as fotografias que foram transformadas em quadros com moldura de taboa e a exposição foi nas paredes externas das casas da comunidade e na Igreja. As fotografias eram de paisagens de Ponta dos Mangues, de pescadores trabalhando, resgatando o dia a dia da comunidade, dos seus saberes e fazeres, fotos de Dona Chiquinha (*in memorian*) que era contadora de histórias e uma das primeiras moradoras de Ponta dos Mangues.

De acordo com a Oficina de Diagnóstico Participativo, os representantes trouxeram contribuições acerca dos problemas e soluções, mas também se observou que eles se enxergam na condução e resolução dos problemas junto ao poder público (Quadro 5).

Quadro 5. Principais impeditivos e possíveis soluções para a atividade do TBC em Ponta dos Mangues

<b>Problema</b>	<b>Soluções</b>	<b>Responsáveis</b>
1ª prioridade - Falta de Posto de Saúde	Terminar a construção	Poder público e população
Drogas	Conscientizar os jovens	A comunidade (família, lideranças, os responsáveis pela saúde, os educadores - escola)
Violência	Conter a violência externa que tem adentrado na comunidade	Poder público e população
Ausência da oferta de Ensino Médio	Devido à distância até Pacatuba, os filhos têm que se arriscar e muitas vezes o ônibus quebra, então a solução é ter escola de nível médio em Ponta dos Mangues. Pode até ir estudar em outro Estado ou cidade, mas voltar para ajudar o seu lugar.	Poder Público - Prefeitura e Secretaria de Educação Estadual.
Infraestrutura básica - Falta de água, luz, rodagem, calçamento, esgotamento sanitário	A comunidade deve reivindicar seus direitos. Reunir o povo e desenvolver redes de solidariedade na busca de soluções.	Intervenção pública e a participação da comunidade
Desemprego	Implantação da fábrica de coco e de gelo para garantir a empregabilidade local	Investimentos de empresários
Ausência de um sistema de habitação social	Extensão desse sistema habitacional que atende outras comunidades para Ponta dos Mangues	Governo Federal (Programa Minha Casa, Minha Vida)
Ausência de articulação comunitária	Pensar coletivamente (cooperativismo). Oficinas e cursos de capacitação via políticas públicas	As lideranças e gestores públicos
Ausência de APLs	Parcerias com o Sistema S, Universidades e Institutos, <i>stakeholders</i>	Gestores públicos e privados

Elaboração: Autor (2017).

Ao final dessa etapa foi dado material didático na oficina para responder a seguinte questão: “O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?” Cada um desenhou a mão e colocou o que fez (Figura 10). No quesito seguinte foi respondido assim: conscientizar as pessoas,

depende de cada um aproveitar as oportunidades, o aprendizado passado de geração em geração e transferência de conhecimento.

Figura 10. Desenhando o que essa já fez e o que é capaz de fazer?



Fonte: Autor (2017).

Nessa sequência, a pesquisa traz o uso das falas das lideranças locais e oficinas das **comunidades Junça e Tigre**. Para o vereador e nativo da localidade, no que diz respeito aos interesses da comunidade voltados para o turismo. A sugestão é elaborar um projeto para as comunidades e levar pessoalmente para o gestor municipal (D.F.L., 31/08/2017). Ele ressalta os seguintes pontos:

- (i) Os povoados, em tela, tiveram avanços significativos, após os governos 2003-2009;
- (ii) Para as comunidades, especialmente na gestão federal atual há ausência de políticas públicas;

- (iii) Os povoados Junça e Tigre podem crescer de forma sustentável e ter visibilidade, desde que inclua o TBC às atividades que podem agregar ao crescimento comunitário, a exemplo da pesca, do artesanato, da venda de doces caseiros, entre outros;

Complementando, o vereador e nativo revela que: a comunidade é rica em recursos naturais, é produtiva. No entanto, há um conflito entre a comunidade e a proposta da Reserva Santa Isabel, visto que só é permitido para uso não extrativista e, por sua vez, as comunidades não pode continuar com seus costumes, por causa dos pontos propostos pela reserva. O IBAMA também não autoriza a implantação de projetos, a exemplo do Projeto Orla da Ponta dos Mangues.

Já a pedagoga e cursando o terceiro período de letras, ressalta a importância da família e a união. E lembra a taboa quando foi descoberta era utilizada para cestas e esteiras no armazenamento do transporte do coco. Com o passar dos anos e a vinda do SEBRAE, o uso da taboa ganhou um outro sentido, pois esta instituição trouxe cursos para a confecção do artesanato, bem como a comercialização dos produtos (logística) (Figura 11).

Figura 11. A. Oficina de Artesanato do Junça. B. Bolsas Produzidas na oficina do Junça.



Fonte: Autor (2017).

Segundo depoimento da artesã, ela trabalha com o artesanato desde 2002 e relata com satisfação que “já foi presidente da Associação dos Apicultores e Artesãos, lucrou com as oportunidades do trabalho feito com o artesanato - encomendas para a Secretária do Estado do Turismo - e das viagens como representante da comunidade” (I.S.S., 31/08/2017). Considera-se ativa no conhecimento e tem expectativa na vida que segue.

Na concepção de outra artesã da comunidade, a luta na roça e no campo é o que move sua vida. Ela relembra que foi num desses encontros da associação que teve o incentivo para estudar, assim destaca: “[...] Ativou a vontade de desenvolver e aprender o artesanato e aproveitei a oportunidade da presença do SEBRAE e fiz oficina” (M.D. dos S., 31/08/17). Disse ainda que alguns da comunidade não acreditavam no artesanato e “foram saindo” para outras atividades. Atualmente tem em torno de 15 artesãos associados, porém o número é maior de artesãos que não são associados.

Outra artesã, envolvida desde 2003, com formação também em pedagogia, enfatiza que “está cadastrada na pesca, artesanato, agricultura (coleta de mangaba)”, e ver essas produções dentro de uma cadeia produtiva. Enaltece o trabalho e organização da fundadora da associação, pelo envolvimento com o despertar para o artesanato da região (J. dos S. 31/08/2017).

A fundadora da Associação dos Apicultores e Artesãos dos povoados Junça e Tigre, teve um sonho de ser costureira e de comprar uma máquina de costura, mas sempre inquieta com a realidade da vida das pessoas do seu lugar e entorno, trouxe a organização social que culminou na formação da associação (I. dos S. L. T., 31/08/2017). Com isso queria melhorar sua vida e, sobretudo, das pessoas.

Recorda o seu entusiasmo:

[...] Uma certa vez, aproveitei que os filhos foram para escola, pegou a taboa e começou a tecer para concluir antes do retorno dos filhos. Deixou a peça pronta em cima da mesa e foi se deitar, para esperar a reação dos filhos. Assim que eles chegaram, disseram: olha o que mãezinha fez! Me senti maravilhada” (I. dos S. L. T., 31/08/2017).

Essas conquistas, produtos confeccionados pelas artesãs, foram apresentados pela fundadora da associação numa feira do Programa de Erradicação do Trabalho-PET, e como resultado os que lá estavam se emocionaram com a qualidade das peças e do trabalho. A partir daí ela se tornou “oficineira” e sempre se preocupou com a frequência da comunidade, apesar das ausências. Persevera com tudo, inclusive com a falta de pagamento em dia dos produtos vendidos, com os jovens e acredita na evolução deles (I. dos S. L. T., 31/08/2017).

O artesão em sua fala chama a atenção do seu amor ao lugar onde nasceu, que apesar de ter ido estudar em Aracaju, retornou às suas raízes. E ao retornar investe na criação de bovinos e pesca para “retirar o ganha pão”. Quanto a sua esposa se tornou artesã, em decorrência da diminuição do nível da água que baixou nas lagoas. E com isso buscaram uma outra alternativa de renda (J. dos S., 31/08/2017).

Complementando as informações dos atrativos turísticos fornecidas na Oficina (Quadro 6).

Quadro 6. Percepção dos atrativos sob o olhar das comunidades Junça e Tigre

Elementos Naturais	Elementos Culturais	Infraestrutura Turística
Pantanal Dunas Lagoas Mirante do Robalo Boca da Barra (encontro do rio com o mar) Coco Pesca e pescados: xira, tambaqui, tilápia, saburica Árvores frutíferas: manga, caju e a mangaba Taboa (capim aquático – artesanato) Ouricori (palhas para produção das tranças – artesanato) Extração do Petróleo	Produção do artesanato Havia o reisado Uma igreja católica em cada povoado: Junça, Tigre e Tijupares Três igrejas evangélicas: sendo duas da universal e uma batista. Pesca (geração em geração) Cavalgada - na época dos festejos juninos Bordados de crochê e vestido e ponto de cruz Bordado de vestido de noiva	01 Escola de Ensino Fundamental “ Angélico Pinto”. 02 Pousadas 01 Restaurante 01 Posto de saúde SE-100 Norte BR-101, SE-335 e SE-204 (outra opção de acesso)

Elaboração: Autor (2017).

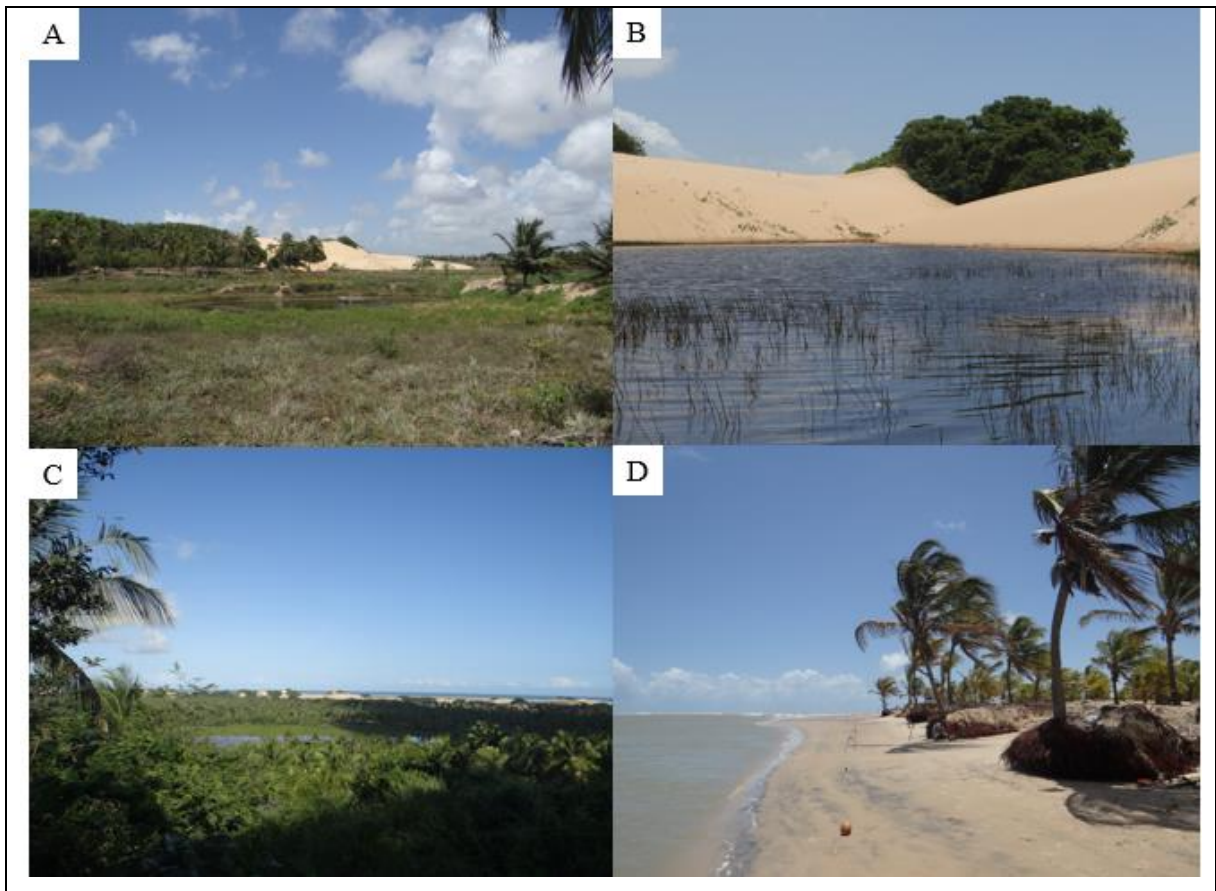
Fica evidente que as comunidades são conhecedoras de seu próprio território e apontam os atrativos naturais, culturais e os serviços de apoio ao turismo. Entretanto, há uma necessidade de maior valorização desses recursos, sobretudo, os atrativos culturais para o fortalecimento da identidade e autoestima da população local.

Nesse sentido, os povoados de Junça e Tigre apresentam coletivamente suas atividades econômicas vinculadas através da associação dos artesãos e dos apicultores, com destaque ainda para os recursos naturais: Pantanal, Dunas, Mirante, Boca da Barra os elementos representativos do artesanato, principalmente a Taboa, já que a maior parte do artesanato é produzido a partir dessa matéria prima (Figura 12). Há ainda os folgedos e os bordados que podem ser promovidos na relação com o turismo cultural.

Como a implementação do turismo requer a qualificação profissional e também social dessas comunidades, foram abordadas a partir da visão dos participantes das oficinas, as

diversas problemáticas que podem ser também consideradas como elementos que dificultam o possível desenvolvimento da atividade do turismo. Com isso, podem-se elencar os principais fatores apontados pelas comunidades às medidas a serem tomadas e também os responsáveis para resolver as demandas.

Figura 12. Atrativos naturais. A. Pantanal. B. Dunas. C. Mirante. D. Boca da Barra



Fonte: Autor (2017).

A próxima questão a ser respondida refere-se à forma como o turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento da zona costeira dos povoados em estudo. O quadro 7 apresenta os problemas, soluções e responsáveis pela dinâmica de funcionamento dos povoados Junça e Tigre. Estes demonstram que suas problemáticas perpassam a carência de serviços, infraestrutura (estradas/pavimentação), segurança, saúde e um obstáculo à comercialização de seu artesanato no que tange a ausência de um ponto de venda.



Quadro 7. Principais impeditivos e possíveis soluções para a atividade do TBC em Junça e Tigre

<b>Problema</b>	<b>Soluções</b>	<b>Responsáveis</b>
Ausência de água encanada	Providências da Deso	Poder Público com foco na representação política local, o vereador Domingos
Difícil acesso	Implantação de rodovia / Sinalização de acesso	Governo Estadual e Federal
Precariedade dos serviços de saúde	Aumentar a frota de ambulâncias. Regularidade do atendimento médico local Hospital Regional (UPA)	Gestão municipal e estadual
Ausência de pavimentação nos povoados	Mobilização da comunidade e a utilização dos recursos municipais já definidos para a ação	Comunidade e gestão municipal
Segurança	Policiamento	Gestão municipal e estadual
Pontos de venda do artesanato	Aproveitar o espaço que já existe (centro comunitário) para melhorar a produção e distribuição dos produtos	Associação dos Apicultores e Artesãos dos Povoados Tigre e Junça - AAAPTJ.

Elaboração: Autor (2017).

A mesma dinâmica desenvolvida em Ponta dos Mangues, foi desenvolvida na oficina e responde a seguinte questão: “O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?”. Eles desenharam uma mão gigante e colocaram dentro dela o que cada um mencionou (Figura 13).

- (i) ajudei na construção do Centro Regional de Apicultores e Artesãos;
- (ii) treinamento dos saberes na área do artesanato;
- (iii) orei;
- (iv) ensinei do primário a 4ª Série;
- (v) produzir artesanato;

- (vi) coletei assinatura para conseguir transporte para atender a comunidade;
- (vii) doei um terreno para sede AAAPTJ;
- (viii) inclusão digital e social

Figura 13. Desenhando o que essa já fez e o que é capaz de fazer?



Fonte: Autor (2017).

Quanto ao quesito “do que é capaz de fazer”, responderam assim: (i) planejamento; (ii) construção do TBC; (iii) construir um mirante (atrativo); (iv) ter comércio e pousada; (v) mobilizar, sensibilizar para construir com pessoas estratégicas no sentido de construir o protagonismo.

Diante deste cenário se observa que os principais problemas apresentados estão relacionados à ausência efetiva da gestão pública nas três esferas administrativas. Dessa forma, a ideia de implementar a atividade econômica do turismo, através do TBC, surge como uma tentativa de inserir o desenvolvimento territorial aliado à conservação dos recursos naturais como forma de garantir às comunidades uma possível alternativa para sua inserção econômica.

Para tanto, se faz necessária à presença efetiva do Estado no cumprimento das condições mínimas para a sobrevivência da população e, posteriormente, a estruturação do espaço para a viabilização do turismo.

#### **4.4 - Mapas Turísticos: Produtos Dialógicos Ponta dos Mangues, Tigre e Junça, Litoral de Pacatuba**

A terceira e última questão que norteou a pesquisa e o desenvolvimento do produto relacionou-se a perspectiva de implantação de uma rota turística no litoral norte sergipano, que beneficiasse no que diz respeito às políticas públicas das comunidades em estudo.

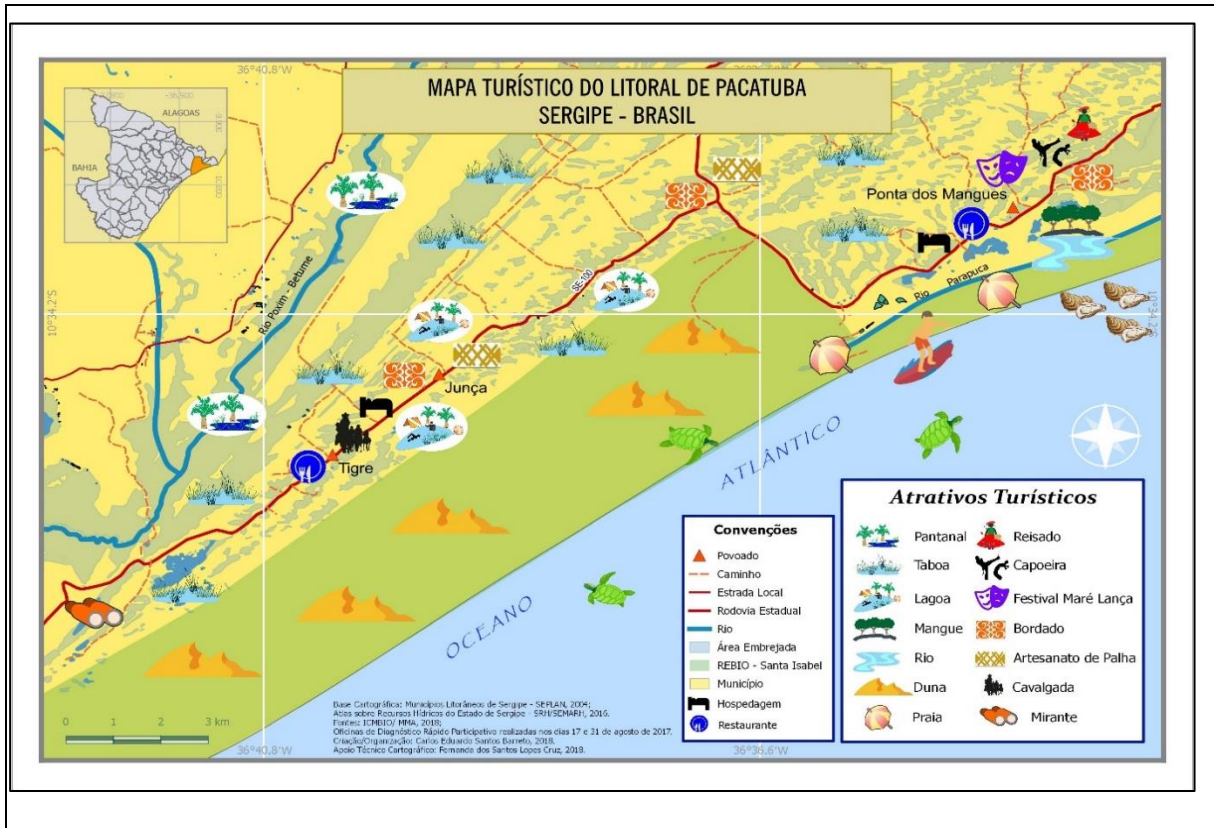
Nessa perspectiva, considerou-se a percepção dos sujeitos sobre a potencialidade dos atrativos turísticos locais e identificou-se o interesse dos sujeitos envolvidos, quais sejam: agentes públicos, privados e lideranças locais, para o desenvolvimento da atividade do TBC, nos povoados selecionados.

O principal resultado das oficinas culminou na confecção do Mapa Turístico (produto) da localidade, resultado da ideia e ação das comunidades. Pois, diferentemente de outros mapas que representaram a região, a exemplo do encarte da REBIO<sup>6</sup>, o Mapa Turístico desenvolvido durante essa pesquisa com a participação das comunidades, traz consigo e enfatiza a presença das unidades de conservação e, ainda, estabelece um instrumento que enaltece o fator social humano (Figura 14).

---

<sup>6</sup> Um mapa que aponta para as unidades de conservação, servindo como um alerta, porém sem detalhar mais informações da região e sua população.

Figura 14. Frente do Mapa Turístico do Litoral de Pacatuba



Foram elencados durante as oficinas elementos que identificassem os atrativos apontados pelos participantes e inseridos no mapa, como o Pantanal, a taboa, as lagoas, o mangue, o rio, as dunas, a praia, o artesanato, a capoeira, o Festival Maré Lança, o bordado, artesanato de palha, a cavalgada e o mirante. Todos eles colocados na parte frontal do mapa e distribuídos conforme sua localidade. Já no verso do mapa, os atrativos foram apresentados através de fotografia, como forma de enaltecer as belezas e identificar as localidades estudadas.

Vale ressaltar importância da figura 15, abaixo, para essas comunidades, uma vez que foi idealizado e produzido a partir do olhar e ação deles para o turismo local, sendo os próprios moradores responsáveis por identificar cada um dos atrativos listados acima.



Figura 15. Verso do Mapa Turístico do Litoral de Pacatuba

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa pesquisa e aplicação da oficina observou-se, através das falas dos participantes, que já havia uma familiaridade com o tema do TBC, facilitando a abordagem e compreensão do modelo de gestão. Principalmente em Ponta dos Mangues, onde já existia um trabalho TBC denominado Projeto Tainha, idealizado pela bióloga Thatiane Carvalho Santos, que culminou em seu TCC no curso de Gestão de Turismo do IFS. Foram realizadas algumas ações como cursos de capacitação, oficinas e gestão comunitária. Desta forma, a comunidade se via inserida na alternativa do turismo comunitário para o desenvolvimento local.

Eles afirmam que o turismo é uma oportunidade de desenvolvimento econômico social para os ribeirinhos. Apesar de visualizarem Pacatuba como um espaço com historicidade e potencial turístico natural, há o receio da comunidade de que ocorra um turismo desgovernado, que explore os recursos ambientais de Ponta dos Mangues e Boca da Barra, excluindo-os da cadeia produtiva.

A comunidade ressalta que o *resort* prestes a funcionar na Boca da Barra relega a força de trabalho da população local em seus postos de trabalho, exigindo uma qualificação curricular que a maior parte não possui, abrindo espaço para pessoas de fora. Para eles, “Ponta dos Mangues é um gigante adormecido, é rico, mas esquecido”.

Destacaram ainda que além da falta de políticas públicas voltadas para a valorização de Ponta dos Mangues, quando ocorrem ações voltadas para isso, a exemplo de projetos da Petrobras e IBAMA, os recursos recebidos não são bem administrados em razão da ausência de uma gestão comunitária.

A comunidade salienta que mesmo sendo alvo das ações do IBAMA, essas não são bem-sucedidas devido à falta de sensibilização e conscientização da população local. Um exemplo disso foi a retirada de casas de apoio de pescadores à beira mar, área de desova das tartarugas marinhas, com o objetivo de preservação ambiental. Entretanto, os moradores se viram tolhidos de seu direito de fazer uso daquele espaço, criando assim, um conflito com a entidade.

As comunidades Junça e Tigre revelam uma consciência das potencialidades turísticas em seus territórios. Inclusive, a comunidade confecciona produtos artesanais, oriundos dos recursos naturais, comercializados na cadeia produtiva. Entretanto, foi possível perceber que ainda não existe, por parte dessa mesma, o conhecimento ou a sensibilização para a implementação da atividade de TBC como uma possível alternativa de renda. Há, inclusive, o desconhecimento sobre o significado e importância do turismo comunitário.

Todavia, quando se refere à possibilidade da efetivação da rodovia SE-00 Norte, percebeu-se a expectativa na intensificação de novos fluxos para a região, inclusive de facilitação de acesso para capital, e desta forma citou-se a possibilidade da chegada do turista. Com isso, entende-se que a comunidade se reconhece inserida numa rota turística e tem expectativa para a sua inserção nessa atividade, entretanto ainda não enxergou a realização do TBC.

Observou-se também que apesar da comunidade ter consciência da existência do potencial turístico e desejar o desenvolvimento, há uma maior resistência da comunidade Junça para o reconhecimento do TBC. Verificou-se uma maior fragilidade nas redes sociais, com relação à governança para a concretização da filosofia do TBC, no que se refere ao compartilhamento de ações e do próprio comércio. A comunidade está articulada dentro das associações (artesãos e apicultores), mas a visão está voltada para o comércio fora da localidade (feiras e exposições) e não se vê vinculada ao turismo local.

Mesmo diante da identificação das potencialidades, dos interesses dos sujeitos, das possíveis possibilidades do aproveitamento de todo potencial existente não se pode desconsiderar, principalmente, a presença da reserva federal Santa Isabel, que apresenta diante da sua extensão territorial, que está diretamente ligada às comunidades estudadas, uma série de condicionantes ambientais que vão de encontro à intencionalidade uma possível, da utilização desordenada, dos elementos naturais do território pelo turismo. É válido ressaltar que unidade de conservação no modelo de reserva biológica dispõe de variados critérios para o seu funcionamento e utilização. No caso reserva biológica Santa Isabel, foi possível constatar que alguns dos critérios para a conservação ambiental desencadeiam históricos conflitos de convívio e relações, entre a gestão da unidade, as comunidades de entorno e, em alguns casos, à gestão municipal.

A resistência de alguns foi identificada durante as visitas e oficinas, pois alguns explanaram que estavam cansados de serem objetos de estudo por alguns pesquisadores e depois não deram retorno à comunidade. Diante desse impasse, me comprometi com a comunidade retornar, apresentar dissertação e a distribuir o mapa por eles produzido.



## REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Souza; COELHO, Hercília Mara Facuri. **Política e sociedade no Brasil (1930/1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- AKGÜNGÖR, Sedef; KUŞTEPELİ, Yeşim; GÜLCAN, Yaprak. Tourism and Regional Development in the Aegean Region of Turkey. **European Region Studies**, v. 17, n. 10, p. 1509-1523, 2009.
- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- ANDRADE, Andrea Faria; SLUTER, Claudia Robbi. Evaluation of pictorial symbols in tourist maps. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v. 18, n. 2, p. 242-261, 2012.
- ARAÚJO, C. P. de. Da Embratur à Política Nacional do Turismo. **Revista Pós**, v. 19, n.31, 2012.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. (Coleção ABC do Turismo). São Paulo: Aleph, 2002.
- BARBOZA, L. C. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia de política industrial. In: CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (orgs). **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: projeto PROMOS – SEBRAE – BID versão 2.0**. Brasília: Sebrae, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- BENI, Mário Carlos. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2006.
- BOLSON, Jaísa Gontijo; PIRES, Fabiana; BAHIA, Eduardo Trindade. **Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil — 1930/2004 — Estudo de caso Minas Gerais**. 2005. Disponível em: Acesso em: 3 mar. 2018.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil**. Disponível em: Acesso em: 3mar. 2018.
- BRASIL. **Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil 2007-2010**. Disponível em: Acesso em: 3mar. 2018.
- BRASIL. **Plano Cores: marketing turístico nacional**. Disponível em: Acesso em: 4 mar. 2018.
- BRASIL. **Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Disponível em: Acesso em: 04mar. 2018.

CALDAS, A. L. **Dialética e Hermêutica**: uma questão de método. GEOUSP: espaço e tempo. São Paulo, n.01, p.23-29, 1997.

CALVANTI, K. B.; HORA, A. S. S. da. **Política de Turismo no Brasil**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 54-73, nov, 2002.

CAMARGO, H. **Patrimônio Histórico Cultural**. São Paulo: ALEPH, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Caderno de Ciência & Tecnologia**. Brasília. n. 1 v. 17, p. 11-40, 2000.

COHEN, J. “**Deliberation and democratic legitimacy**”, in J. Bohman e W. Rehg (orgs.), *Deliberative democracy. essays on reason and politics*, Cambridge, MA, MIT Press, 1999.

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. A exclusão e inclusão social e o turismo. n. 2. v. 3. **Pasos**. Revista de turismo e patrimônio Cultural. 2005. p. 295-304.

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em: 23/03/2017.

COSTA, Eliane Porangaba. **Técnicas de Dinâmica Facilitando o Trabalho com Grupos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

COSTA, Helena; SOUTO-MAIOR, Alice. Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 1, 2009.

DE FARIA, Dóris Santos; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Editora Universidade de Brasília, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento de turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANÇA, Vera Lúcia A; Cruz, Maria Tereza S. (Coordenadoras). **Atlas Escolar de Sergipe**: espaço geo-histórico e cultural. (2. ed.). João Pessoa/ PB: Editora Grafset, 2013.

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Introd. e trad. Urbano Zilles. 3.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

JC. JORNAL DO COMERCIO DE RECIFE. **Diversidade atrai pesquisadores a Pacatuba**. Caderno de Meio Ambiente, versão *online*. 9 de abril de 2000. Disponível em: < [http://www2.uol.com.br/JC/\\_2000/1004/cm0904b.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1004/cm0904b.htm) >. Acesso em: 20/02/2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, L.P; ARAÚJO, H.M; MACEDO, H.S; SANTOS, A; CAMPOS, I.M. **Cartografia Geomorfológica como subsídio ao ordenamento territorial ambiental na sub-bacia hidrográfica do rio betume, Sergipe**. XI sinageo. Endereço eletrônico: <http://www.sinageo.org.br/2016/trabalhos/6/6-460-1571.html>, acesso em: 20/02/2018.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **Meio ambiente e políticas públicas**: tradição regulatória e aspectos redistributivos emergentes. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994.

MACEACHREN, A. The Role of Complexity and Symbolization Method in Thematic Map Effectiveness. **Association of American Geographers**. vol. 72, no. 4, p. 495-513, 1982.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In. BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>., acesso em: 27/03/2017.

MARCHESE, Luidgi; CONDE, Daniel; POLETTE, Marcus. La gobernanza en el funcionamiento de los servicios del Sistema de Gestión Ambiental de Playas de Montevideo (Uruguay). **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n. 2, p. 62-82, 2013.

MERSEY, J. E. **Colour and Thematic Map Design**: The role of colour scheme and map complexity in choropleth map communication. Canadá: University of Toronto, 1990.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. 2 a ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2004.

NEUHAUS, Esther; DA SILVA, Jefferson Souza. Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. **Fórum Social Mundial Porto Alegre**, Janeiro de 2006.

SERGIPE. OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Enciclopédia dos Municípios Sergipanos – Seplag**. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/pesquisas-e-estudos/enciclopedia-dos-municipios-sergipanos>, acesso em: 20/02/2018.

OLIVEIRA, D. Turismo e Consumo: a quarta geração turística. In: GASTAL, S. (org). **OMT, Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Ed. Brokamm, 2003.

OLSON, J. M. A Coordinated Approach to Map Communication Improvement. **The American Cartographer**, vol. 3, no. 2, p. 151-159, 1976.

PAIVA, M. das G. de M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 197-213, Mar./Abr. 2010.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PINTO, P.M. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, v. 2, n. 1, p. 11-22, 2007.

REJOWKI, Mirian et all. Desenvolvimento do Turismo modern. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, Mirian e SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente, reflexões e propostas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia. BRUHNS, Heloísa Turini.; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). **Olhares Contemporâneos sobre o turismo**. Coleção Turismo. Campinas – SP: Papirus, 2000.

RUSCHMANN, Dóris; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2000.

SANTOS FILHO, João dos. O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP. In: **Anais do Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação**, 30, 2007, Santos. Disponível em: Acesso em: 3 mar. 2018.

SANTOS, M. N. L. Políticas públicas de turismo e os investimentos no território do Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste, 2013.

SANTOS, M. N. L. **Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil**. São Cristóvão: UFS. 265 fls. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo**. Campinas: Editora Papirus, 2001.

SILVA, Suely Percínio Moreira; GIL, Antonio Carlos. O método fenomenológico na pesquisa sobre empreendedorismo no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 1, p. 99-113, 2015.

SOUZA, Maria José de (org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002. 3. vols.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SWARBOOK, J. **Turismo sustentável** – conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Ed. Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

YAZIGI, E., CARLOS, A., CRUZ, E. (org). **Turismo**: Espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZACARELLI, S. B. **Estratégia e Sucesso nas Empresas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. cap. 13. p. 187-2008.

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Perfil Geral

### 1. PERFIL DO ENTREVISTADO

#### 1.1. Povoado estudado:

Ponta dos Mangues  Junça  Tigre

#### 1.2. Gênero

Masculino  Feminino

#### 1.3. Grupo de Interesse

Comunidade Local  Lideranças locais  
 Gestores públicos  Empresários do setor turístico

#### 1.4. Faixa Etária

até os 18 anos  30 a 39 anos  50 ou mais  
 18 a 29 anos  40 a 49 anos

#### 1.5. Grau de Escolaridade

Ensino fundamental incompleto  Ensino médio incompleto  Superior incompleto  
 Fundamental completo  Médio completo  Superior completo

**1.6. Ocupação Atual:** \_\_\_\_\_

#### 1.7. Nível de Renda

Menor que 1 salário  2 a 3 salários  Mais de 6 salários  
 1 salário  4 a 6 salários  outros

#### 1.8. Medir o Grau de Entendimento das lideranças. (Classifique numa escala de 0 a 5), conforme abaixo:

(0) Nenhum  (1) Pouco  (2) Razoável  (3) Bom  (4) Muito Bom  (5) Excelente

**APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Gestor (a) Público (a)**

1. Qual a política municipal de turismo?
2. Quais as ações da secretária?
3. Existem projetos ou metas em ação?
4. E os projetos futuros?
5. Qual a expectativa da SE-100 Norte?
6. Conhece a Rebio Santa Isabel? É impasse para o desenvolvimento do turismo?
7. Conhece o Turismo de Base Comunitária?
8. Como o senhor (a) analisa o Turismo de Base Comunitária?
9. O município tem interesse em desenvolver um plano para o turismo, especialmente na região de Junça, Tigre e Ponta dos Mangues? Se a resposta for afirmativa, qual seria esse plano?

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Empresário do Setor Turístico**

1. Há tempo possui a pousada / restaurante?
2. Quantos funcionários possui?
3. Qual o perfil dos seus clientes?
4. Conhece o turismo de base comunitária? Se SIM, através de quê?
5. Qual a expectativa da com a pavimentação da SE-100 Norte?



**APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Comunidade Local**

1. Que tipo de atividade exerce?
2. Acredita que a localidade tem potencial para o turismo?
3. Conhece o turismo de base comunitária? Se SIM, através de quê?
4. Há algo que precisa melhorar na comunidade?
5. Qual a expectativa da com a pavimentação da SE-100 Norte?

**APÊNDICE E - Lista dos Entrevistados**

Alexandre Martins  
Ana Lucia Alves  
Cleisielle dos Santos Bita  
Diva de Melo  
Domingos Ferreira Lisboa  
Genison Pinto Santos  
Genivaldo Vieira Santos  
Ghaislaine Tenório Fernandes  
Givanilton Lisboa  
Iracema dos Santos Lisboa Teixeira  
Jirleide Bruno  
João Ferreira de Lisboa Neto  
José Arnaldo de Santana  
José dos Santos  
Joseane dos Santos Monteiro  
Joselita Bispo  
Jozinete dos Santos  
Juarez Pinto  
Juvia Gardenia Bruno Santos  
Luiz Carlos dos Santos  
Mariana Santos Pinto  
Marizete Domingos dos Santos  
Matias dos Santos  
Monica Rodrigues  
Naildes Santos Santana  
Neide Santos Cahet  
Robenilda Monteiro Santos  
Roselania Agostinho dos Santos  
Samuel dos Santos Lisboa  
Valéria Marinho Pinto  
Vitória Marinho Pinto

## APÊNDICE F - Estrutura da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo

**Comunidades participantes/data:** Ponta dos Mangues (17/08/2017)

Junça e Tigre (31/08/2017)

1. Acolhimento
  - Selecionar músicas
  - Lista de presença
  - Boas vindas
2. Apresentação do Projeto de TCB de Carlos Eduardo
  - Mestrado – Linha de ação
3. Tempestade de ideias: pontos abordados
  - Saber dos sonhos
  - Perspectivas...
  - Problemas: internos e externos
  - Soluções...
4. Ouvi-los sobre os saberes e fazeres
5. Definir/explicar sobre o TBC para o coletivo numa linguagem coloquial, e sua importância para o desenvolvimento econômico, político e social.
6. Transmissão do vídeo para discussão “Prainha do Canto Verde”
  - Pontuar sobre como eles analisam a partir do vídeo e trazer para a realidade da comunidade.
7. Pergunta Macro: “Qual a pretensão da comunidade em implantar o TBC?”

## APÊNDICE G - Técnicas e Dinâmicas Grupais Aplicadas na Pesquisa

**Tabela 1 – Técnicas e dinâmicas grupais que serão aplicadas na pesquisa**

	Nome	Objetivo
Técnicas de sensibilização	Tocando em frente	Sensibilizar os participantes sobre a continuidade e sequência que o trabalho de elaboração do plano de ação das comunidades exige de todos.
	Raiz da vida	Proporcionar a apresentação e socialização dos participantes de forma descontraída para desinibir as pessoas, desencadeando a auto-estima a partir da valorização das suas histórias de vida.
	Teia	Sensibilizar para a importância da participação, cooperação e do trabalho coletivo.
Técnicas de conhecimento da realidade	Caminhada transversal ( <i>transect walks</i> )	Promover a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas realizadas no tempo e no espaço, identificando características naturais da comunidade, atuais e do ponto de vista histórico.
	Painel coletivo	Levar o grupo a construir uma imagem coletiva da comunidade, para perceber que ainda há coisas que não conhecem.
	Mapa da vida e da paisagem	Complementar à caminhada transversal, objetiva descobrir e ilustrar a visão que a comunidade tem dos aspectos físicos e humanos da realidade, uma vez que a representação da paisagem engloba as ideias e ações dos participantes no tempo, no espaço em relação a eles próprios e ao ambiente.
	O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?	Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento
	Linha do tempo	Conhecer os momentos importantes da comunidade.
	Árvore de problemas	Discutir os problemas e suas causas coletivamente para que as decisões também sejam tomadas de forma coletiva.
	Painel de priorização	Detectar os problemas mais importantes para o grupo, de forma democrática.
	Matriz FOFA	Identificar as fortalezas e fraquezas, as oportunidades e ameaças enfrentadas pelas comunidades.

Fonte: Furtado; Furtado, 2000 e Verdejo (2010).

## APÊNDICE H – Roteiro da Oficina em Ponta dos Mangues



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM TURISMO

### ROTEIRO DA OFICINA

**Data:** 17 de agosto de 2017

**Horário:** 08:30/16:00 horas

**Local:** Povoado Ponta dos Mangues

08:30 - Recepção

9:00/9:15h – Acolhimento

09:15/9:30h – Apresentação do Projeto de TCB de Carlos Eduardo

09:30 - Vídeo sobre TBC – Prainha do Canto Verde/Beberibe-Ce

09:40 – Desencadeando a autoestima a partir da valorização das suas histórias de vida (Raiz da Vida)

10:00 – Caminhada Transversal (Características naturais das comunidades, atuais e do ponto de vista histórico)

10:50 – Painel Coletivo

11:20/12h – Ilustrar o que a comunidade tem dos aspectos físicos (representação da paisagem) e humanos da realidade (sonhos e realizações)

12:00/13:00h – Almoço

13:00 – O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer? (autoestima e autoconhecimento)

13:50 – Linha do tempo (listar os momentos mais importantes da comunidade)

14:30 – Árvore de problemas/Soluções /Responsável

15:30 – Painel de Priorização (relacionar os problemas mais importantes com as suas respectivas resoluções)

16:00 - Fechamento da oficina, avaliação e reflexão sobre as atividades desenvolvidas.

## APÊNDICE I – Roteiro da Oficina em Junça e Tigre



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM TURISMO

### ROTEIRO DA OFICINA

**Data:** 31 de agosto de 2017

**Horário:** 08h30min/13h00min

**Local:** Povoados Junça e Tigre / Pacatuba -Se

08h30min - Recepção

08h45min/09h00min – Acolhimento

09h15min/09h25min – Apresentação do Projeto de TBC - Carlos Eduardo

09h35min - Vídeo sobre TBC – Prainha do Canto Verde/Beberibe-Ce

09h40min – Raiz da Vida: Conte suas histórias

10h10min – Caminhada Transversal: aspectos naturais e históricos (paisagem)

10h40min às 11h00min – Painel Coletivo

11h00min/11h30min – representação da realidade (sonhos e realizações)

11h30min às 12h00min – O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?

12h00min – Linha do tempo (listar os momentos mais importantes da comunidade)

12h15min às 12h30min – Árvore de problemas/Soluções/Responsável

12h30min às 13h00min – Painel de Priorização (relacionar os problemas mais importantes com as suas respectivas resoluções)

13h00min – Encerramento da Oficina, avaliação e reflexão sobre as atividades desenvolvidas.

ANEXO A - Lista de Frequência das Oficinas

LISTA DE PRESEÇA DA OFICINA JUNÇA E TIGRE / PACATUBA -SE - 31/08/2017

NOME	TELEFONE	VÍNCULO	E-MAIL
Reginete dos Santos	993718049	ASSOC. ART. e arquitetura	reginete.santos12@gmail.com
Gracilda Santos Santanna	9963-8941	Assoc. Artesato	cultura do povoado Tigre e junça
Mariete Domingos dos Santos	99414304	Assoc. de moradores e artesanato	" " - não tem
Joel dos Santos	9956-5276	Assoc. artesanato	artesanato
* Samuel Alves	999089473	CAAMA	camama@munhopetrol.com.br
Graciele dos Santos Lisboa Teixeira	9956 5286	Assoc. Artesanato e arquitetura	- Câmara municipal
Samuel dos Santos Lisboa	9995-9513	Assoc. artesanato e arquitetura	Artesanato e arquitetura
Paulo Arnaldo de Santanna	99630-9004	Assoc. AAPTJ	Somuel.Somunie@gmail.com **
Márcia dos Santos	9651-9871	Assoc. AAPTJ	
Robemilda Monteiro Santos	99814-4266		matematias76@gmail.com
Joseane dos Santos Monteiro			robemilda.monteiro@hotmail.com
Paulo Guspo	99869-2526	Assoc. AAPTJ	Assoc. de Pesca

\* Domingos Ferreira Lisboa - domingosferreira-delisboa-filho@xpo.com.br  
 \*\* Samuel.Somunie@gmail.com

